

**AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS E VALORAÇÃO DOS
DANOS SOCIOECONÔMICOS CAUSADOS PARA
AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO
DA BARRAGEM DE FUNDÃO**

Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce



DEZEMBRO DE 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Fundação Getulio Vargas

Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce /
Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo : FGV, 2019.

64 p.

Em colaboração com: André Pereira de Carvalho, Carina Sernaglia Gomes, Cintia
Messias Dall' Agnol, Daniel Rondinelli Roquetti, Fernanda Pinheiro da Silva, Haydée da Cunha
Frota, Isabella Cruvinel Santiago, Leticia Ferraro Artuso, Luís Pedro Silva Moreira, Marcos Dal
Fabbro, Maria Leticia de Alvarenga Carvalho, Maria Patrícia da Silva, Mariana Luiza Fiocco
Machini, Mario Prestes Monzoni Neto, Taís Helena da Silva Teodoro.

Acima do título: Projeto Rio Doce – Avaliação dos Impactos e Valoração dos Danos
Socioeconômicos Causados para as Comunidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem
de Fundão.

Inclui bibliografia.

1. Projeto Rio Doce. 2. Fundão, Barragem de (MG). 3. Barragens e açudes - Aspectos
ambientais. 4. Água - Controle de qualidade - Doce, Rio, Bacia (MG e ES). I. Título.

CDD – 627.8

EQUIPE TÉCNICA

André Pereira de Carvalho

Carina Sernaglia Gomes

Cintia Messias Dall' Agnol

Daniel Rondinelli Roquetti

Fernanda Pinheiro da Silva

Haydée da Cunha Frota

Isabella Cruvinel Santiago

Leticia Ferraro Artuso

Luís Pedro Silva Moreira

Marcos Dal Fabbro

Maria Leticia de Alvarenga Carvalho

Maria Patrícia da Silva

Mariana Luiza Fiocco Machini

Mario Prestes Monzoni Neto

Taís Helena da Silva Teodoro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Fluxogramas de indenização por modalidade de dano.....	22
Figura 2 — Representação gráfica dos tipos de danos indenizáveis reconhecidos pela Matriz de Danos, a partir das categorias de agrupamento	28
Figura 3 — Dano moral por categoria de agrupamento da Matriz de Danos da Fundação Renova	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Categorias de agrupamento de danos da matriz da Fundação Renova. 25

Quadro 2 — Protocolo de Elegibilidade de Danos: reprodução do agrupamento intitulado “Fatalidades ou Desaparecimentos” 26

Quadro 3 — Matriz de Danos: agrupamento intitulado “Atividades de Lavadeiras” 27

LISTA DE SIGLAS

AEDAS	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
AIS	Avaliação de Impacto Social
AT	Assessoria Técnica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIF	Comitê Interfederativo
CIM	Centro de Indenização Mediada
CT-IPCT	Câmara Técnica de Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais
CTOS	Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial
DaLA	Damage and Loss Assessment
ECI	Estudo de Componente Indígena
ECQ	Estudo do Componente Quilombola
FGV	Fundação Getulio Vargas
H&P	Herkenhoff & Prates
HNRA	Human Recovery Needs Assessment
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
MPE-ES	Ministério Público Estadual do Espírito Santo
MPE-MG	Ministério Público Estadual de Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
PBAQ	Plano Básico Ambiental Quilombola
PDNA	Post-Disaster Need Assessment
PIM	Plano de Indenização Mediada
TAP	Termo de Ajustamento Preliminar
TI	Terra Indígena
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
3 PROTOCOLOS E REFERÊNCIAS PÓS-DESASTRE.....	14
3.1 Avaliação das necessidades pós-desastre (PDNA)	14
3.2 Avaliação de Impacto Social (AIS)	16
3.3 Métodos de pesquisa participativos	17
4 MATRIZ DE DANOS NA REPARAÇÃO DO DESASTRE DO RIO DOCE:	
CONCEITO E CONSTRUÇÃO REALIZADA PELA FUNDAÇÃO RENOVA	19
4.1 Função da Matriz de Danos no processo de reparação	19
4.2 Aspectos gerais da Matriz de Danos em uso no processo de reparação: conceitos norteadores, estrutura e levantamento de danos.....	24
4.3 Apontamentos críticos sobre a Matriz de Danos	32
5 INVESTIGAÇÃO SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE MATRIZ DE	
DANOS E ATINGIDOS DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS CÁRITAS E DA AEDAS .	42
5.1 A inserção das ATs no processo de reparação.....	42
5.2 Princípios e metodologia na construção das Matrizes de Danos das Assessorias Técnicas.....	45
CONCLUSÕES	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A.....	59

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta uma análise do instrumento denominado “matriz de danos” utilizado para levantamento, registro e sistematização de danos no processo de reparação do desastre do rompimento da Barragem de Fundão.

Para tanto, se debruça sobre um conjunto de referências em diagnóstico, avaliação e gestão de impactos, o que inclui, entre outros aspectos, valorizar a centralidade das pessoas atingidas, a participação social, a perspectiva de reparação integral e a transparência e acesso à informação.

Foram analisadas a Matriz de Danos formulada pela Fundação Renova, utilizada na execução do Programa de Indenização Mediada (PIM — PG02), e as Matrizes de Danos e Atingidos construídas pelas Assessorias Técnicas (ATs), Cáritas e AEDAS. Essas análises partem da leitura de documentos públicos, que incluem acordos, notas técnicas, estudos contratados pela Fundação Renova, entre outros gerados nos espaços de governança da reparação do desastre, complementadas por entrevistas com representantes da Fundação Renova e das Assessorias Técnicas mencionadas.

Entre as considerações sobre a Matriz de Danos em uso no atual processo de reparação, destacamos:

- **Falta de transparência e acesso à informação:** todo o levantamento realizado sobre a concepção e construção da Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova exigiu um esforço considerável de busca e pesquisa, o que aponta para uma grave falha no acesso a dados e informações por parte do público em geral, e dos atingidos em particular.
- **Insuficiência no reconhecimento de danos pelo desastre:** limitada aos termos do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), e na contramão da reparação integral, a Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova reconhece apenas impactos diretos, conceito que restringe a identificação de danos sinérgicos que surgem com o decorrer do tempo, além de não considerar danos imateriais e aqueles advindos do próprio processo de reparação — os danos da reparação — conduzido pela Fundação Renova nos territórios atingidos.
- **Inexpressiva participação social na construção da Matriz de Danos:** não foram identificados registros metodológicos que permitam inferir a participação real e constante dos atingidos em processos cruciais como o de construção

do Protocolo de Elegibilidade de Danos e da Matriz de Danos, no PG02¹. Além disso, não há transparência quanto aos critérios e parâmetros de reconhecimento de danos indenizáveis, ampliando a incompreensão da população atingida sobre o processo.

- **Falta de atualização dos critérios de elegibilidade dos danos reconhecidos:** apesar de a cláusula 34 do TTAC definir que os parâmetros de indenização devam ser propostos pela Fundação Renova e submetidos à validação do Comitê Interfederativo (CIF), alega-se que as alterações nos critérios de elegibilidade são realizadas por meio de “comunicados internos” enviados pela Fundação Renova a seus Centros de Indenização Mediada, incorrendo na ausência de consolidação e publicidade de todos os danos passíveis de indenização.
- **Difícil correlação entre danos e programas de reparação:** a matriz elaborada pela Fundação Renova foi concebida como instrumento de apenas um dos programas da reparação em curso (PG02) e que trata de processos indenizatórios, não balizando a identificação geral de danos socioeconômicos que visam a garantia de uma reparação integral. Assim, até o presente momento não há instrumento que reúna todos os tipos de danos identificados pelo rompimento da barragem, endereçando-os aos programas de reparação.
- **A Matriz de Danos não se comunica com os programas relativos aos povos indígenas e comunidades tradicionais:** verifica-se que não há — ou ao menos não nos foi disponibilizado mediante solicitação — instrumental que consolide os danos a povos indígenas e comunidades tradicionais já reconhecidos, e que esclareça os critérios de elegibilidade adotados para respeitar as distinções entre danos individuais e coletivos.
- **A Fundação Renova possui interpretações restritivas de termos e frases do próprio TTAC:** como o entendimento sobre “modos de vida”, por exemplo, reforçando restrições de escopo que interferem na elegibilidade de danos indenizáveis².

Por outro lado, Cáritas e AEDAS propuseram metodologias alternativas, partindo da centralidade das pessoas atingidas pelo desastre e buscando ampliar os conceitos

¹ A falta de participação dos atingidos nos processos de construção de critérios da reparação também é apontada em FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. São Paulo: FGV, 2019b.

² As restrições interpretativas sobre os termos do TTAC também são dadas na análise do Cadastro (PG01), em FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. São Paulo: FGV, 2019b.

empregados na elaboração da Matriz. Em adição, apresentam visão mais abrangente dos danos nas dimensões material e imaterial dos modos de vida dos atingidos pelo desastre, a partir de uma construção conjunta com diferentes grupos de atingidos, com zelo pela transparência em todo o processo e garantia de devolutiva e de acesso às informações produzidas.

Esse contraste revela, por um lado, a limitação do espectro de danos e do universo de atingidos a serem considerados e reparados na Matriz de Danos da Fundação Renova, fruto de processo pouco participativo de apuração, e, de outro, processo inclusivo e participativo de acolhimento de percepções de danos e de grupos de atingidos, com vistas a uma reparação justa e digna, promovido pelas Assessorias Técnicas. Fatos que demonstram o acerto na proposição do TAC Governança pelo MPF-MG, MPE-MG, MPE-ES e Defensoria Pública do ES.

1 INTRODUÇÃO

Este documento tem o intuito de analisar os significados atribuídos ao termo “matriz de danos” no âmbito do processo de reparação integral do desastre do Rio Doce. Compreende, para tanto, estudos sobre a Matriz de Danos concebida e elaborada pela Fundação Renova e aborda de modo processual a construção de matrizes por parte de Assessorias Técnicas e Comissões de Atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa.

Em razão do propósito apresentado, o documento se estrutura da seguinte forma:

- I Descrição dos métodos utilizados para o desenvolvimento das análises aqui apresentadas;
- II Aproximação do tema investigado com protocolos e referenciais que tratam de situações pós-desastres, tais como Avaliação de Necessidades pós Desastre, ou Post-Disaster Need Assessment (PDNA, no original), a Avaliação de Impacto Social (AIS) e Métodos de Pesquisa Participatória (Participatory Research Methods, no original).
- III Apresentação dos resultados da análise sobre a Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova, com atenção especial para a função que o instrumental desempenha no processo de reparação em curso e para aspectos críticos identificados na pesquisa.
- IV Sistematização das diretrizes e atividades realizadas para a construção das matrizes elaboradas pelas Assessorias Técnicas Cáritas e Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), em parceria com as Comissões de Atingidos dos municípios de Mariana e Barra Longa, respectivamente.
- V Considerações finais sobre as premissas para o levantamento de danos e os respectivos resultados percebidos no território.

Espera-se que este esforço, assim como a trajetória que se seguirá diante dos desafios impostos pelo desastre, possam contribuir significativamente para a reparação integral das pessoas atingidas pelo desastre do Rio Doce.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico para a construção desse relatório contou com três frentes: (i) pesquisa bibliográfica; (ii) análise documental a partir do processo de reparação em curso na bacia do Rio Doce; e (iii) entrevistas semiestruturadas.

Pesquisa bibliográfica

Para a pesquisa bibliográfica, foi priorizada a investigação de protocolos internacionais e referências de pós-desastres que apontassem princípios norteadores, premissas, métodos e instrumentos para o levantamento e registro de danos socioeconômicos, bem como ações e estratégias de reparação, conforme descrição e análise na seção 3 — Protocolos e referências pós-desastre.

Análise documental

Para analisar a concepção, função e elaboração da Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova, foram analisados os seguintes grupos de documentos:

- (i) Acordos no âmbito do desastre: Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC); Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e aditivo;
- (ii) Documentos e Normas do Sistema CIF: Notas Técnicas e Atas de reunião do CIF, nas quais está descrito o processo de concepção e construção da Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova;
- (iii) Documentos da Fundação Renova: documentos internos da Fundação Renova, que contêm o detalhamento de processos administrativos associados à função da Matriz de Danos dentro da reparação; e materiais de divulgação voltados à Matriz de Danos.

Na perspectiva de compreender danos do rompimento já verificados nos territórios atingidos, procedeu-se levantamento e sistematização adicional de documentos produzidos nos espaços de governança da reparação, com destaque para 48 notas técnicas vinculadas a Câmaras Técnicas do CIF e 12 relatórios técnicos produzidos pela Fundação Renova e por organizações por ela contratadas, que apresentam diagnósticos de danos (Anexo A). Também foi analisado o parecer da Procuradoria Geral da República a respeito dos Impactos do desastre socioambiental nas comunidades indígenas tupiniquim e guarani das TIs Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim. Apesar deste levantamento não representar a totalidade de danos do rompimento da Barragem de Fundão, a investigação foi importante para estabelecer termos de comparação com o material já produzido pela Fundação Renova. Frisa-se,

em se tratando de análise documental, que nem todos os trabalhos estão citados no corpo do texto, por isso foram compilados no Anexo A.

Já com vistas ao entendimento do processo de construção das Matrizes de Danos e Atingidos pelas Assessorias Técnicas dos atingidos, em especial Cáritas e AEDAS, atuantes nos territórios de Mariana (MG) e Barra Longa (MG), respectivamente, foram analisados documentos públicos disponibilizados à FGV pelas próprias Assessorias Técnicas, tais como a “Pauta de reivindicações dos Atingidos e Atingidas de Barra Longa” e a cartilha de “Matriz de Danos dos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG”, que versam sobre a concepção das matrizes e seu uso na reparação dos danos decorrentes do desastre.

Reuniões e entrevistas semiestruturadas

Para a elaboração da seção 4, além de análise documental, foram realizadas duas reuniões via videoconferência com representantes da Fundação Renova, nos dias 26 de agosto e 28 de novembro de 2019. Na primeira reunião, além da equipe responsável pela execução do Programa de Indenização Mediada (PIM), estiveram presentes representantes da Synergia Consultoria Socioambiental, empresa responsável pelo cadastramento das pessoas atingidas. Na segunda, além da equipe responsável pela execução do Programa de Indenização Mediada (PIM), estiveram presentes representante da KPMG, equipe de política social e indenização, além de uma advogada da Fundação Renova.

Para a avaliação apresentada na seção 5, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes das Assessorias Técnicas Cáritas e AEDAS, tanto na esfera de coordenação como membros da equipe técnica. A entrevista com membros da AEDAS foi realizada no município de Barra Longa, em 5 de setembro de 2019, e a entrevista com representantes da Cáritas foi realizada em Mariana, no dia 6 de setembro de 2019.

3 PROTOCOLOS E REFERÊNCIAS PÓS-DESASTRE

A busca pela compreensão da totalidade dos danos causados por um desastre é tarefa intrinsecamente complexa, pois envolve o entendimento a respeito de uma série de fatores em interação contínua e não linear, produzindo e reproduzindo efeitos que se estendem no curto, médio e longo prazos (UNDRR, 2019).

Avaliar as consequências de um desastre implica compreender não apenas a forma como o ambiente foi transformado, mas também como os diferentes grupos sociais sofreram com as mudanças impostas pelo desastre em seus modos de vida, que se compõe em dimensões materiais e imateriais, em especial em populações mais pobres e vulneráveis (CEPAL, 2003).

3.1 Avaliação das necessidades pós-desastre (PDNA)

Internacionalmente, o padrão seguido é a avaliação das necessidades pós-desastre, também conhecida como PDNA (ou Post-Disaster Need Assessment, no original). A PDNA surgiu em 2008, a partir de uma articulação entre União Europeia, Banco Mundial e ONU no reconhecimento de que é preciso fortalecer a coordenação de atores para lidar com situações pós-desastre. O objetivo da PDNA é auxiliar na avaliação dos impactos de um desastre em um país, tomando-a como base para conceber estratégias de recuperação factíveis e sustentáveis e buscar recursos técnicos e financeiros para viabilizá-las.

A PDNA usa duas metodologias que se complementam entre si: a avaliação de perdas e danos (DaLA, Damage and Loss Assessment, no original) e a avaliação das necessidades de recuperação humana (HRNA, Human Recovery Needs Assessment, no original).

A metodologia DaLA foi desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ela provê um panorama dos danos, perdas e impactos macroeconômicos de um desastre, identificando e quantificando a extensão dos danos e perdas causados por desastres naturais ou por aqueles induzidos por atividades humanas, os desastres tecnológicos. A partir da DaLA pode-se estimar as perdas em setores sociais (como habitação, cultura ou educação), infraestrutura (energia, saneamento, abastecimento hídrico), setores econômicos (turismo, comércio e serviços, agricultura) e em setores transversais (meio ambiente, questões de gênero, emprego e renda). Em linhas gerais, a DaLA usa informações estatísticas e contas nacionais para

estabelecer uma linha de base para avaliação dos danos e perdas causados por um desastre.

A HRNA, por sua vez, tem o objetivo de analisar os efeitos de um desastre sobre o desenvolvimento humano. Consiste fundamentalmente em captar a percepção das pessoas e comunidades afetadas para informar e aprimorar o processo de recuperação e reconstrução pós-desastre. Se através da DaLA se organiza um inventário quantitativo de dados secundários (geralmente providos por órgãos governamentais do país afetado) que visa representar o que foi alterado com o desastre, a HRNA tem como base dados primários e qualitativos que buscam refletir a percepção das pessoas a respeito de como essas alterações aconteceram e de que forma devem ser encaradas para a reparação dos danos verificados (BNPB, 2009).

A abordagem centrada em pessoas ganha importância a partir da Conferência Mundial em Redução de Desastres³, realizada em janeiro de 2005, que adotou o Marco de Ação de Hyogo em suas formulações sobre gestão de risco e de desastres. De acordo com Scolobig e colaboradores (2015), essa diretriz visa fortalecer atores locais por meio da promoção de sua autonomia e agência na prevenção, gestão e reparação de desastres, conferindo às populações envolvidas o protagonismo para desenvolverem suas demandas. No âmbito da estratégia de recuperação, esse conceito guia medidas de restaurar as condições de as pessoas alcançarem plenamente seu potencial produtivo e criativo, de acordo com seus interesses e necessidades (GFDRR, 2013).

A abordagem centrada em pessoas preconizada na PDNA tem como foco os seguintes elementos (GFDRR, 2013):

- O impacto do desastre no desenvolvimento humano;
- As distintas necessidades e prioridades de mulheres e homens de todas as idades e subgrupos das populações afetadas, por meio do engajamento de atores sociais;
- A participação de todos os atores sociais afetados em seu processo de recuperação;
- O reconhecimento e apoio a esforços espontâneos de recuperação das populações afetadas;
- A consideração de aspectos socioculturais da recuperação do desastre para além dos imperativos econômicos;
- As medidas para criar comunidades resilientes.

³ World Conference on Disaster Reduction.

Essas metodologias vêm sendo complementadas por Avaliações de Impacto Social (AIS), que trazem ao processo decisório questões eventualmente não captadas nas outras metodologias mencionadas, como a exclusão de grupos e dinâmicas políticas e comunitárias.

3.2 Avaliação de Impacto Social (AIS)

Internacionalmente, a estrutura que incorpora a avaliação de impactos em indivíduos e sociedades e sobre as formas como esses sujeitos interagem com o meio biofísico, econômico e sociocultural é chamada de Avaliação de Impacto Social (AIS). O conceito se debruça sobre as diferentes formas, legalmente requeridas ou voluntárias, com que governos e outros agentes compreendem impactos sociais e desenvolvem ações decorrentes. Os consensos criados ao longo da trajetória da AIS representam parâmetros fundados em melhores práticas para a formulação de diagnósticos socioeconômicos.

Um marco da evolução conceitual de AIS foi dado pelos componentes participativo e de engajamento de *stakeholders* presentes nos “Princípios Internacionais para Avaliação de Impacto Social”, publicados pela Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA, na sigla em inglês), em 2003. Não apenas os princípios internacionais consolidaram a abordagem integrada técnica-participativa, que hoje constitui o estado da arte neste campo (ESTEVES; FRANKS e VANCLAY, 2012), como contribuíram para que a avaliação de impacto social se afastasse de um papel meramente prescritivo de projetos, para assumir uma dinâmica de processo que incorpora análise, monitoramento e gestão contínuos (BURDGE e TAYLOR, 2012).

Os fatores que levaram à guinada pelo caráter eminentemente participativo de AIS, defendido em extensa literatura (ROSS, 1990; O’FAIRCHEALLAIGH, 1999; LANE et al., 2003; VANCLAY, 2002; VANCLAY, 2006), são hoje os fundamentos de melhores práticas. Alguns desses fundamentos são destacados como pilares da abordagem metodológica da FGV a ser aplicada ao caso do desastre decorrente do rompimento da Barragem de Fundão.

Em primeiro lugar, “um impacto é inevitavelmente algo experimentado ou sentido” (VANCLAY, 2002). Diversas tentativas de abarcar *a priori* o escopo universal de impactos sociais (ARMOUR, 1990; VANCLAY, 1999) fracassaram porque não representavam todas as questões relevantes para qualquer contexto, ou porque priorizavam aspectos mensuráveis em detrimento de outros desdobramentos considerados significativos pelas populações atingidas. Na impossibilidade de antecipar

toda a diversidade de experiências de impacto próprias de cada lugar e sociedade, a avaliação de impacto social depende inexoravelmente da coleta participativa dessas experiências e/ou expectativas e receios. A procura pela diversidade de impactos deve contemplar uma realidade multinível.

O segundo fundamento estruturante de AIS dispõe que processos de mudança social são sentidos com diferentes implicações por diferentes agrupamentos, além de indivíduos: famílias, comunidades, grupos sociais, instituições e a sociedade em sentido mais amplo (INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT, 2003; LAWRENCE, 2013), ou seja, há de se considerar a diversidade de percepções e de intensidade de impactos.

A AIS sugere investigação aprofundada e multidimensional sobre os modos de vida no sistema social atingido, cuja transformação revela danos socioeconômicos e que inclui, entre outros, o contexto sócio-histórico, do qual emergem impactos cumulativos, e o contexto atual das estratégias sociais de recuperação pós-desastre do qual derivam impactos indiretos (VANCLAY et al., 2015).

3.3 Métodos de pesquisa participativos

Por último, o levantamento de danos deve ancorar-se também em métodos de pesquisa participativos (Participatory Research Methods), uma opção decorrente dos princípios que são determinados no Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (PR-MG-00058205/207), que delimita e descreve como deve ser o trabalho a ser realizado pela FGV. Participação pode ser entendida como um *continuum* de inclusão e envolvimento na pesquisa (REED, 2008).

Os métodos de pesquisa participativa compreendem diversas abordagens metodológicas que, em diferentes intensidades, transferem o controle sobre o processo e a agenda do pesquisador para os participantes da pesquisa, que passam a ser os "agentes, em vez de objetos de pesquisa" (CHAMBERS, 1997, p.12), e "se tornam copesquisadores" (POZZEBON, 2018, p.283), analisando e refletindo sobre as informações geradas, e, por fim, se apropriando dos resultados do processo. Essa experiência pode ser transformadora para os membros de uma comunidade, além de documentar de forma representativa as realidades locais que podem ser usadas para orientar políticas e práticas futuras (GAVENTA e CORNWALL, 2008).

Ainda, segundo Gaventa e Cornwall (2008), os métodos de pesquisa participativos buscam apresentar o conhecimento dos atores diretamente afetados pelo problema de pesquisa investigado. Reconhece-se que o conhecimento é socialmente construído a

partir de múltiplas fontes e formas, considerando a importância de ouvir diferentes versões e vozes. Os “resultados” se tornam produtos de um processo no qual as pessoas se reúnem para compartilhar experiências em um processo dinâmico de ação, reflexão e investigação coletiva. Ao mesmo tempo, os “resultados” permanecem firmemente enraizados nos mundos conceituais dos próprios participantes e na interação entre eles.

Quando se volta o olhar para os mecanismos de reparação conduzidos no caso do rompimento da Barragem de Fundão, é possível perceber que as principais iniciativas de levantamento e sistematização de danos — que baseiam tais ações de reparação, entre elas, processos de indenização — estão tomando a forma de Matrizes de Danos, ferramenta a ser adotada também pela FGV. Dessa maneira, com o intuito de qualificar tal debate e pensar os limites e potenciais das iniciativas hoje em curso no território considerado atingido, iniciam-se as análises a seguir.

4 MATRIZ DE DANOS NA REPARAÇÃO DO DESASTRE DO RIO DOCE: CONCEITO E CONSTRUÇÃO REALIZADA PELA FUNDAÇÃO RENOVA

Esta seção tem o intuito de apresentar a Matriz de Danos em uso no atual processo de reparação e avaliar o significado atribuído ao termo matriz a partir de sua adoção pela Fundação Renova como principal ferramenta para estruturação do Programa de Indenização Mediada (PIM — PG02). Para tanto, identifica-se primeiro a função da matriz na reparação dos danos do rompimento, para então abordar seus conceitos norteadores e composição, bem como aspectos do processo de levantamento e identificação de danos realizado para sua construção. Por fim, são apontadas observações críticas identificadas ao longo da pesquisa.

É importante destacar aqui as dificuldades encontradas no processo de levantamento de informações sobre a Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova. As informações sobre o instrumental estão fragmentadas e a documentação existente não é pública ou mesmo atualizada, e parte dos documentos solicitados pela FGV não foram disponibilizados pela Fundação Renova até o presente momento, o que exigiu um esforço considerável de busca e pesquisa, apontando para uma grave falha no acesso a dados e informações.

4.1 Função da Matriz de Danos no processo de reparação

De acordo com a Nota Técnica 08/2016/CTOS-CIF (CTOS, 2016a), a formulação da Matriz de Danos responde às cláusulas 31 a 39 do TTAC, que versam sobre a estruturação de um programa de ressarcimento e de indenização das pessoas atingidas. A Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova, portanto, foi concebida como instrumento operacional do Programa de Indenização Mediada⁴ (PIM), cujo objetivo é,

Ressarcir pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019a).

De acordo com a equipe técnica responsável pelo fluxo operacional das indenizações⁵, era preciso identificar os danos indenizáveis, definir seus critérios de elegibilidade,

⁴ Programa 02 do Eixo socioeconômico 1: Pessoas e Comunidades.

⁵ Informações obtidas em reunião com a Fundação Renova, realizada no dia 28 de novembro de 2019.

considerar a documentação exigida para a comprovação dos mesmos e estruturar uma racionalidade de cálculo para valorar o montante a ser pago. Aglutinando essas atribuições, o termo matriz passou a ser empregado no caso Rio Doce e deu-se início ao processo de levantamento de danos com o objetivo de estruturar uma Matriz de Danos na esfera de elaboração e execução de medidas indenizatórias.

O cenário descrito atribuiu ao termo “matriz de danos”, de forma inaugural no desastre do Rio Doce, a função de especificar os danos e as exigências para operação de medidas indenizatórias, em acordo com o TTAC. Portanto, conserva um forte sentido restritivo em relação ao alcance da reparação integral proposto pelo TAP e seu aditivo e não alcança todos os tipos de danos.

Ainda com referência à Nota Técnica 08/2016/CTOS-CIF (CTOS, 2016a), identifica-se que a Matriz de Danos proposta tinha como objetivo principal responder à seguinte demanda do TTAC:

CLÁUSULA 34: A FUNDAÇÃO elaborará os parâmetros de indenização considerando as condições socioeconômicas dos IMPACTADOS na SITUAÇÃO ANTERIOR, bem como os princípios gerais da lei brasileira e os parâmetros existentes na jurisprudência brasileira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A adesão ao PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA pelos IMPACTADOS é facultativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A determinação da elegibilidade dos IMPACTADOS para o PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA e dos parâmetros de indenização a serem estabelecidos no âmbito do mesmo, será proposta pela FUNDACÃO e submetida à validação do COMITÊ INTERFEDERATIVO.

A cláusula 34 replicada anteriormente reforça dois aspectos: a necessidade de submeter todos os parâmetros estabelecidos ao CIF e a aproximação conceitual e operacional entre a Matriz de Danos e o Programa 02, o PIM.

Nos termos em que foi concebida, tanto o levantamento de danos do rompimento como a identificação dos critérios de elegibilidade para cada um deles foram, desde o momento inicial, conduzidos pela mesma área encarregada pela apresentação, negociação e decisão a respeito das medidas indenizatórias. Com isso, foram conferidas aos mesmos profissionais duas competências que em princípio deveriam se distanciar para não condicionar o levantamento de dano apenas aos que são passíveis de indenização.

Ademais, é preciso analisar esse instrumental no contexto geral da reparação promovida pela Fundação Renova.

Inicialmente, observa-se uma conexão entre a Matriz de Danos e o Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados (Programa 01), que se desenvolve da seguinte maneira:

- I A identificação e atualização dos danos reconhecidos e sistematizados pela Matriz de Danos são amparadas pelo Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados.
- II Para acessar a principal modalidade do PIM, para o qual a matriz é base, exige-se cadastramento neste mesmo Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados.

Com relação à Matriz de Danos e o Programa de Cadastro⁶, cabe explicitar que, em reunião de esclarecimentos com a Fundação Renova e com a Synergia Consultoria Socioambiental, empresa contratada especificamente para este trabalho, foi afirmado pelas equipes responsáveis pelos Programas 01 e 02 que a principal base para a identificação dos danos da matriz é o próprio cadastramento, aspecto que será abordado na subseção seguinte.

Quanto ao segundo apontamento anterior, é importante esclarecer que o PIM se divide nas seguintes modalidades indenizatórias:

- Dano Água: caracterizada por situações de desabastecimento de água em função do “impacto direto da passagem da pluma de turbidez pelo Rio Doce” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017).
- Dano Geral: caracterizada por “impactos diretos ocorridos na renda, nos bens materiais e imateriais, fatalidades ou desaparecimentos e lesões corporais das pessoas diretamente impactadas” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017).

Ainda de acordo com a Fundação Renova⁷, a modalidade Dano Água identifica e reconhece as municipalidades que sofreram algum tipo de interrupção na rede pública de abastecimento em função do desastre. Assim, identificados os municípios e o tempo de duração desta interrupção, entende-se por grupo atingido todas aquelas pessoas que possuíam endereço fixo nas localidades definidas à época do rompimento da barragem.

Por sua vez, a abrangência da modalidade Dano Geral decorre do diagnóstico, por parte da Fundação Renova, dos “impactos diretos na renda, bens materiais ou morais”

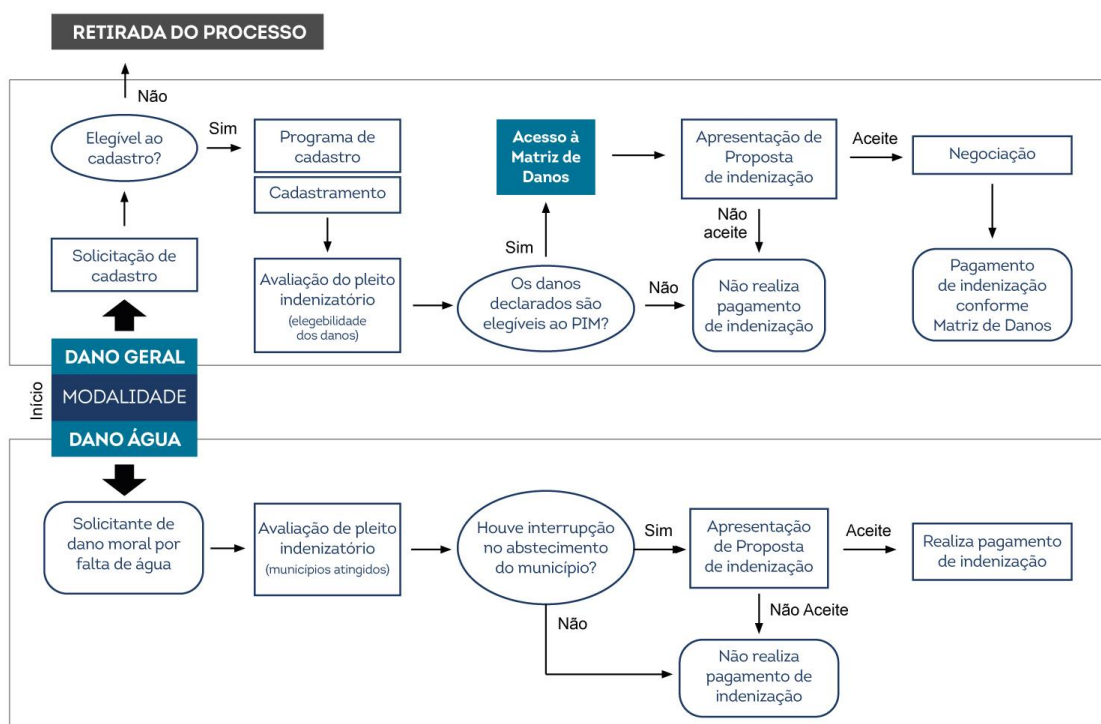
⁶ Especificamente sobre o cadastro socioeconômico, é indicado: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. São Paulo: FGV, 2019b.

⁷ Informação obtida em reunião com a Fundação Renova e equipes da Synergia Consultoria Socioambiental, realizada no dia 26 de agosto de 2019.

daqueles considerados “impactados”, conforme definido pelo TTAC, ou seja, daquelas “pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas”.

Ademais, é preciso esclarecer de que modo essa distinção interfere na operação do PIM, gerando dois fluxos de indenização. A Figura 1 auxilia na compreensão deste processo.

Figura 1 — Fluxogramas de indenização por modalidade de dano



Fonte: Elaborada a partir de FUNDAÇÃO RENOVA (2017).

Como apresentado na Figura 1, o processo indenizatório operado até o presente momento possui dois caminhos que, de acordo com equipe técnica da Fundação Renova⁸, podem se dar de modo concomitante. Ou seja, a mesma pessoa pode ser indenizada pela modalidade Dano Água e pela modalidade Dano Geral, desde que comprove a elegibilidade dos danos reconhecidos por cada uma delas.

Sobre a sua operação, nota-se que os dois fluxogramas se iniciam com a solicitação de reconhecimento por parte da pessoa atingida e resulta em uma decisão por parte da

⁸ Informação obtida em entrevistas realizadas com a Fundação Renova, nos dias 26 de agosto de 2019 e 28 de novembro de 2019.

Fundação Renova. De um lado, a instituição exige que o solicitante da modalidade Dano Geral esteja previamente cadastrado no Programa 01 e que, além disso, tenha condições de comprovar os critérios de elegibilidade do dano reivindicado, mediante apresentação de documentação específica. De outro, para reconhecimento e elegibilidade do solicitante na modalidade Dano Água, a instituição exige apenas a comprovação de residência prévia em algum dos municípios considerados atingidos pela interrupção no abastecimento hídrico logo após o rompimento. Ou seja, para este segundo caso as ações indenizatórias prescindem da realização do cadastro.

Observa-se, com isso, que a Matriz de Danos em análise é um instrumento fundamentalmente utilizado para a reparação via medidas indenizatórias para os danos agrupados pela modalidade Dano Geral. Como resultante, pode-se afirmar que, do modo como foi concebida pela Fundação Renova, a Matriz de Danos serve como instrumento reparatório somente para aquelas pessoas que já passaram pelo cadastramento (Programa 01).

Nos termos em que foi concebida pela Fundação Renova, a Matriz de Danos somente pode ser utilizada como instrumento de reparação por aquelas pessoas que tiveram suas solicitações de cadastro reconhecidas após ultrapassarem todos os obstáculos apresentados pelo Programa 01⁹ e ainda apresentarem danos em conformidade com a matriz que dá acesso ao PIM (Programa 02).

Além disso, importa destacar que até o presente momento a Fundação Renova não promoveu alternativas para viabilizar a indenização monetária de danos morais, materiais e lucro cessante de povos indígenas e comunidades tradicionais. Entre as respostas apresentadas para essa demora, a indenização de danos individuais e coletivos aparece como entrave, pois o modelo básico que estrutura o PIM abarca somente as indenizações individuais, sabidamente insuficientes para atender comunidades e coletivos, ou mesmo encarar as especificidades de povos indígenas e tradicionais. A informação oficial¹⁰ é que, mesmo após quatro anos do rompimento da barragem, essa construção está sendo realizada pela coordenação do PIM em conjunto com a coordenação dos programas que tratam deste público específico, a saber: os

⁹ A FGV em: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. São Paulo: FGV, 2019b., analisa criticamente o processo de cadastro, aponta as 11 etapas necessárias ao cadastro, que precedem o acesso à Matriz de Danos: (I) Requerimento do cadastro, (II) Avaliação de elegibilidade ao cadastro, (III) Indexação, (IV) Mobilização, (V) Fase 1, (VI) Fase 2, (VII) Análise de consistência, (VIII) Validação pelo entrevistado, (IX) Aprovação Comitê Interfederativo, (X) Elaboração do Parecer de Avaliação de Impactos, (XI) Devolutiva ao entrevistado do processo de cadastramento.

¹⁰ Informações obtidas em entrevista realizada com a Fundação Renova, nos dias 26 de agosto de 2019 e 28 de novembro de 2019.

programas “Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas” (Programa 03), e “Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais” (Programa 04). Esse aspecto dificulta análises sobre o alcance e as limitações de escopo da Matriz de Danos para acolher e reparar os danos do rompimento da barragem sobre essas populações, e agrava processos de vulnerabilização social desses grupos.

4.2 Aspectos gerais da Matriz de Danos em uso no processo de reparação: conceitos norteadores, estrutura e levantamento de danos

4.2.1 Conceitos norteadores

Do ponto de vista conceitual, a Matriz de Danos em análise parte das referências apresentadas pelo TTAC, apesar de o documento não fazer qualquer menção ao termo “matriz”. Deste modo, observa-se que esta foi a alternativa adotada pela Fundação Renova para sistematizar danos indenizáveis do rompimento da barragem.

A partir desta orientação, a Fundação Renova estrutura ações com o intuito de identificar “impactos diretos” acarretados pelo “evento” (*i.e.*, rompimento da Barragem de Fundão) a “pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, diretamente afetadas”, tal como descrito na Cláusula 01 do TTAC:

IMPACTADOS: as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo EVENTO nos termos das alíneas abaixo e deste ACORDO:

- a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento;
- b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica;
- c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel;
- d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele;
- e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentância das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas;
- g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas;
- h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações;
- i) danos à saúde física ou mental; e

j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.

4.2.2 Estrutura da matriz

Com base nesta definição, e a partir da subdivisão dos danos nas duas modalidades apresentadas, a saber, Dano Água e Dano Geral, a Fundação Renova distribui os danos por ela levantados e reconhecidos em 12 categorias de agrupamentos, referidas pelo Quadro 1.

Quadro 1 — Categorias de agrupamento de danos da matriz da Fundação Renova

Categorias de agrupamento da Matriz de Danos	
1	Interferência em bens privados — residências
2	Interferência em bens privados — veículos
3	Interferência no trabalho e renda da pessoa física
4	Interferência nos modos de vida (água)
5	Fatalidades ou desaparecimentos
6	Incapacidade e lesão corporal
7	Produção agrícola e agropecuária
8	Setor da pesca (atividade permanente de pesca)
9	Atividade de balseiros, barqueiros e boteiros
10	Areeiros, garimpeiros e mergulhadores
11	Lavadeiras
12	Empresários individuais, micro e pequenas empresas

Fonte: FUNDAÇÃO RENOVA (s.d.).

Complementarmente, a Nota Técnica 08/2016/CTOS-CIF (CTOS, 2016a) também explicita que, “para a construção da matriz de danos, foram propostos três documentos, quais sejam: I Protocolo de Elegibilidade¹¹; II Matriz de Documentos Comprobatórios; e III Matriz de Danos”.

- I O Protocolo de Elegibilidade de Danos visa sistematizar todos os danos reconhecidos pela Fundação Renova com o intuito de organizar e exibir os critérios de elegibilidade “para que uma pessoa ‘impactada’ possa iniciar sua participação no PIM” (texto da NT 8/2016 CTOS). Tem a função de caracterizar danos identificados e detalhar parâmetros exigidos para identificar famílias, pessoas físicas ou jurídicas potencialmente atingidas pelo rompimento da

¹¹ O Protocolo de Elegibilidade da Matriz de Danos é diferente dos critérios de elegibilidade do Cadastro, apresentado e discutido em: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. São Paulo: FGV, 2019b.

Barragem de Fundão, como medida de acesso e transparência às orientações do Programa 02.

Como exemplo, observa-se detalhamento de um dos agrupamentos, intitulado “Fatalidades ou Desaparecimentos” (Quadro 2):

Quadro 2 — Protocolo de Elegibilidade de Danos: reprodução do agrupamento intitulado “Fatalidades ou Desaparecimentos”

Grupo		Dano		Elegibilidade
5	Fatalidades ou desaparecimentos	5.1	Dano material por falecimento ou desaparecimento de familiares por conta do rompimento da barragem	Serão elegíveis ao recebimento do dano material o núcleo central familiar (esposa ou companheira estável, filhos naturais e adotivos e ascendentes) de cada pessoa falecida em virtude do impacto direto do rompimento da barragem, e ao recebimento de dano moral cada membro desse mesmo núcleo central familiar e demais parentes até o segundo grau na linha colateral de parentes e que comprovarem vínculo afetivo relevante (avaliação a critério da Fundação Renova/Fundação), conforme valores e condições estabelecidos na lista de danos.
		5.2	Danos morais por falecimento ou desaparecimento de familiares por conta do rompimento da barragem	Ver dano 5.1

Fonte: FUNDAÇÃO RENOVA (s.d.).

- II A Matriz de Documentos Comprobatórios, cujo objetivo é apresentar os documentos e manifestações exigidos para comprovar os critérios de elegibilidade detalhados no protocolo e, com isso, “auxiliar” quem busca acesso às formas de reparação previstas pela Matriz de Danos. Segundo Nota Técnica 08/2016/CTOS-CIF (CTOS, 2016a), seu papel seria “listar exemplos de documentos que sirvam de comprovação para os danos sofridos”, oferecendo condições para o reconhecimento de grupos e pessoas elegíveis às ações indenizatórias.
- III A Matriz de Danos, responsável por apresentar a listagem geral dos danos reconhecidos pela Fundação Renova e passíveis de medidas indenizatórias, leia-se o PIM. A listagem é organizada a partir das 12 categorias explicitadas no Quadro 1, além de duas situações que visam abarcar processos judiciais específicos — “Pagamento em cumprimento de ordem judicial” e “Compra de animais”. Nela, cada dano indenizado é detalhado em unidades descritas na

coluna dano unitário, e para as quais são definidos valor, unidade de medida e data base, sempre que admissível.

Como exemplo, observa-se detalhamento no agrupamento “Atividade de Lavadeiras” (Quadro 3):

Quadro 3 — Matriz de Danos: agrupamento intitulado “Atividades de Lavadeiras”

Descrição Grupo	Dano Indenizado	Id Dano Indenizado	Dano Unitário	Valor Unitário	Unidade Medida	Data base
Atividade de Lavadeiras	Interrupção das atividades econômicas de lavadeira com prejuízo à renda	27	Interrupção das atividades econômicas de lavadeira com prejuízo à renda		Impactado	5/11/2015
Atividade de Lavadeiras	Pagamento de juros e multas por quebras de contratos e atrasos	39	Pagamento de juros e multas por quebras de contratos e atrasos		Impactado	
Atividade de Lavadeiras	Perdas e/ou danos de utensílios de trabalho	57	Kit lavadeira	912,13	Impactado	1/6/2016
Atividade de Lavadeiras	Danos morais interrupção na atividade	92	Danos morais interrupção na atividade		Impactado	

Fonte: Fundação Renova (2019) Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova, atualizada em 3/7/2019.

Do modo como foi apresentada à CT-OS (CTOS, 2017) e aprovada pelo CIF (CIF, 2016), a Matriz de Danos estaria referenciada (i) pela listagem de danos seguida pela definição de preço com fins de indenização, (ii) pela definição dos critérios de elegibilidade para cada um dos danos reconhecidos e (iii) por documentos exigidos para a comprovação dos mesmos. Contudo, observa-se que, ao mesmo tempo, a lista de danos e preços também foi nomeada como Matriz de Danos, aspecto que dificulta a compreensão do instrumento.

A partir da análise deste conjunto de documentos, e observando o modo com que o instrumento foi apresentado ao CIF pela Fundação Renova, entende-se que a estruturação de uma Matriz de Danos deveria garantir que qualquer pessoa interessada no processo de reparação pudesse ter acesso à definição, aos parâmetros de elegibilidade e aos documentos exigidos para comprovar danos reconhecidos pelo PIM.

No que se refere à abrangência de escopo desta matriz, a última versão disponível (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019b) reconhece 80 danos indenizáveis, que se desdobram

em 1.514 danos unitários. A representação gráfica seguinte procura apresentar a distribuição desses 80 danos nas 12 categorias de agrupamento da matriz, mais dois grupos intitulados “Pagamento em cumprimento de ordem judicial” e “Compra de animais”.

Figura 2 — Representação gráfica dos tipos de danos indenizáveis reconhecidos pela Matriz de Danos, a partir das categorias de agrupamento



Fonte: Elaborada a partir de Fundação Renova (2019b).

A maior parte dos danos indenizados se concentra nas categorias “Produção agrícola e agropecuária”, “Interferência em bens privados — residência” e “Empresários individuais, micro e pequenas empresas”. Ademais, parte desta lista de danos se refere a danos morais, todos eles sistematizados na Figura 3.

Figura 3 — Dano moral por categoria de agrupamento da Matriz de Danos da Fundação Renova

ATIVIDADE DE LAVADEIRAS	(Categoria de agrupamento da Matriz de Danos)
DANOS MORAIS INTERRUPÇÃO NA ATIVIDADE	(Dano indenizado)
Danos morais interrupção na atividade	(Dano unitário)
ATIVIDADE DE PESCA	
DANOS MORAIS INTERRUPÇÃO NA ATIVIDADE DE PESCA DE SUBSISTÊNCIA	
Danos morais interrupção na atividade de pesca de subsistência	
DANOS MORAIS POR INTERRUPÇÃO DA ATIVIDADE LABORAL DE PESCA	
Danos morais por interrupção da atividade de pesca	
Pescador profissional - armador/proprietário de embarcação camaroeira - embarcação grande - região estuário/marinha	
Pescador profissional - armador/proprietário de embarcação camaroeira - embarcação média - região estuário/marinha	
CARROCEIROS (AREIRO INFORMAL) E/OU BARQUEIROS DE APOIO, GARIMPEIROS E MERGULHADORES	
DANOS MORAIS INTERRUPÇÃO NA ATIVIDADE	
Danos morais interrupção na atividade de faiscadores	
EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E COMERCIANTES INFORMAIS	
DANOS MORAIS INTERRUPÇÃO NA ATIVIDADE	
Danos morais interrupção na atividade	
Danos morais por deslocamento físico de estabelecimentos comerciais fixos	
FATALIDADES OU DESAPARECIMENTOS	
DANOS MORAIS POR FALECIMENTO OU DESAPARECIMENTO DE FAMILIARES POR CONTA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM	
Danos morais por falecimento ou desaparecimento de familiares por conta do rompimento da barragem	
INTERFERÊNCIA EM BENS PRIVADOS RESIDÊNCIAS	
DANOS MORAIS POR DESLOCAMENTO FÍSICO PERMANENTE	
Danos morais causado pelo deslocamento definitivo do impactado	
Danos morais decorrentes de deslocamento físico permanente causado pelo impacto mecânico do rompimento da Barragem de Fundão	
Danos morais por perda definitiva de residência e bens pessoais (incluindo bens com valor sentimental)	
DANOS MORAIS POR DESLOCAMENTO FÍSICO TEMPORÁRIO	
Dano moral por deslocamento físico temporário barramento linhares	
Danos morais causado pela perda do acesso ao imóvel impactado	
Danos morais causado pelo deslocamento temporário do impactado	
Danos morais decorrentes de deslocamento físico temporário causado pelo impacto mecânico do rompimento da Barragem de Fundão	
Danos morais por desalojamento temporário e perdas de bens pessoais, causado pela perda do acesso à residência e quintais	
Danos morais por desalojamento temporário e perdas de bens pessoais, causado pelo dano parcial à residência	
DANOS MORAIS POR INVASÃO DA PROPRIEDADE PELA LAMA	
Danos morais por invasão da propriedade rural pela lama	
INTERFERÊNCIA NO TRABALHO E RENDA DA PESSOA FÍSICA	
DANOS MORAIS POR IMPOSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LABORATIVA	
Danos morais por impossibilidade de exercício da atividade laborativa	
INTERFERÊNCIA NOS MODOS DE VIDA - ÁGUA	
DANO MORAL DE NÃO RESIDENTE POR EXPOSIÇÃO A RISCO DE VIDA	
Dano moral de não residente por exposição a risco de vida	
DANO MORAL DE NÃO RESIDENTE POR INTERRUPÇÃO DE TRABALHO HABITUAL COM FORTES VÍNCULOS COM A COMUNIDADE	
Dano moral de não residente por interrupção de trabalho habitual com fortes vínculos com a comunidade	

NÃO HÁ RECONHECIMENTO DE DANOS MORAIS PARA AS SEGUINTE CATEGORIAS:

- ATIVIDADE DE BALSEIROS, BARQUEIROS E BOTEIROS
- INTERFERÊNCIA EM BENS PRIVADOS - VEÍCULOS
- AGRÍCOLA E AGROPECUÁRIA
- INCAPACIDADE E LESÃO CORPORAL

Fonte: Elaborada a partir de Fundação Renova (2017).

Ao observar o escopo geral de danos morais, nota-se que a Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova não reconhece esse tipo jurídico de dano para quatro das 12 categorias de agrupamento. Como exemplo, a categoria “Produção agrícola e agropecuária” possui 16 danos indenizados reconhecidos, e nenhum deles parece abarcar aspectos imateriais passíveis de indenização via dano moral ou mesmo o dano moral por interrupção de atividade. O mesmo ocorre para as categorias “Atividade de Balseiros, barqueiros e boteiros”, “Incapacidade e lesão corporal” e “Interferência em bens privados — veículos”, que também parecem não abarcar possibilidade de indenização por dano moral.

Sobre este tema, a Fundação Renova¹² informou que uma mesma pessoa pode ser indenizada em mais de uma categoria de agrupamento da Matriz de Dano e, além disso, foi mencionado que o PIM possui uma política interna específica para indenização de danos morais que amplia o escopo da matriz. Contudo, até o momento, não foi disponibilizada qualquer documentação oficial sobre essa política.

4.2.3 Processo de identificação de danos

De acordo com documentos disponibilizados (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017), a Fundação Renova fez uso de duas metodologias para levantamento e identificação dos danos reconhecidos por esta matriz: (i) informações provenientes do Programa 01 — Cadastro; e (ii) “engajamento de *stakeholders*”.

Sobre o primeiro aspecto, importa reforçar que a compreensão do Cadastro¹³ é fundamental para a análise da Matriz de Danos em uso na reparação. A articulação entre os programas e a própria condução do cadastramento implicam fragilidades na construção da Matriz de Danos.

De modo sintético, o cadastramento ocorre após a manifestação de interesse por parte do atingido, a partir da qual equipes de mobilização da Synergia Consultoria Socioambiental — empresa contratada pela Fundação Renova para a realização dos cadastros do Programa 01 — realizam uma primeira avaliação de elegibilidade¹⁴. Na sequência, e quando autorizada a realização do cadastro, o processo se divide em duas

¹² Informação obtida em entrevista realizada com a Fundação Renova, no dia 28 de novembro de 2019.

¹³ Novamente alertamos sobre a relevância das informações e análise sobre o Programa 01, conforme FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. São Paulo: FGV, 2019b.

¹⁴ Informações obtidas em reunião com a Fundação Renova e equipes da Synergia Consultoria Socioambiental, realizada no dia 26 de agosto de 2019, e via e-mail da Fundação Renova, recebido no dia 3 de setembro de 2019.

etapas: aplicação de questionário e vistoria técnica domiciliar. Nestes termos, as restrições de elegibilidade identificadas no Programa 01 se refletem diretamente na capacidade de identificar e, portanto, acolher novos danos, evidenciando sua inadequação para este fim, exceto, como já pontuado, de forma subsidiária.

Os aspectos substanciais e procedimentais potencialmente excludentes na concepção e realização do Programa 01 foram apontados na Nota Técnica 32/2019/CTOS (CTOS, 2019) e reiterados em “Análise do cadastro socioeconômico”, elaborado pela FGV. Este último aponta considerações sobre a desigualdade na identificação e tratamento de danos, que o “Programa de Cadastro da Fundação Renova privilegia a captação dos danos materiais, em detrimento dos imateriais”, e tem “como objetivo, apenas o levantamento de informações quanto a perdas materiais e atividades econômicas impactadas, não prevendo o levantamento das perdas imateriais”; além disso, “a mesma exclusão pode ser evidenciada no documento ‘Procedimentos para Tratamentos de Manifestações para Novos Cadastros’ da Fundação Renova, que dispõe expressamente que devem ser consideradas inelegíveis ao cadastro pessoas que alegarem terem sofrido determinados tipos de danos imateriais”.

Ademais, reitera-se que a área responsável pela construção e atualização da Matriz de Danos é a mesma que coordena o Programa de Indenização Mediada. Nestes termos, a própria Fundação Renova reconhece¹⁵ que danos que atingem pessoas não elegíveis ao Programa de Cadastro sequer chegam ao conhecimento da área responsável pela atualização da Matriz de Danos, o que corrobora a debilidade de um processo que visa reparar de modo integral a totalidade dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão¹⁶.

Sobre o segundo meio de identificar danos, intitulado “engajamento de *stakeholders*”, nota-se que a Fundação Renova declara ter realizado escuta e construção junto a pessoas atingidas:

A construção coletiva sempre foi uma diretriz do programa e, diante disso, foi realizada uma sucessão de reuniões ao longo do rio, de Barra Longa e Regência, a fim de, a partir do levantamento dos danos que todos os diretamente impactados tiveram, elaborar a Matriz de Danos Gerais (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017).

Para isso,

¹⁵ Informação obtida em reunião com a Fundação Renova e equipes da Synergia Consultoria Socioambiental, realizada no dia 26 de agosto de 2019.

¹⁶ Aspectos também apontados pela **Nota Técnica CTOS nº 32**, 2019.

Foram realizadas 37 reuniões para levantar danos e prejuízos junto aos impactados, com o objetivo de construir coletivamente a Matriz de Danos (tipificação, valoração e formas de comprovação). A fim de unir e viabilizar a construção coletiva dos parâmetros indenizatórios para os atendimentos no Dano Água e no Dano Geral, as reuniões foram realizadas em igrejas, residências dos impactados, quadras de esportes, postos de saúde, praças, associações comunitárias, etc. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017).

Com atenção especial para a qualidade e o alcance da participação dos atingidos neste processo de escuta para elaboração da Matriz de Danos, avaliamos seus registros oficiais. Como resultado, surgiram questionamentos sobre o formato, a metodologia adotada, o alcance e a representatividade dos participantes ante os diferentes grupos atingidos. Sobre isso, cabe relatar que houve solicitação direta de informações para a Fundação Renova¹⁷, que até a finalização desta pesquisa não apresentou retorno satisfatório quanto aos questionamentos, tampouco o acesso à relatoria das reuniões de consulta declaradas. Destaca-se que a Fundação Renova, na segunda reunião realizada no âmbito desta pesquisa, afirmou ter realizado aproximadamente 200 reuniões com grupos atingidos para a construção da Matriz de Danos¹⁸, fato não evidenciado em qualquer documentação acessada até o momento.

4.3 Apontamentos críticos sobre a Matriz de Danos

4.3.1 Descumprimento de compromissos assumidos no âmbito do CIF

Os três documentos que fazem parte do instrumento de reparação denominado Matriz de Danos, apresentados na subseção 4.2 — “Protocolo de Elegibilidade de Danos”, “Matriz de Documentos Comprobatórios” e “Matriz de Danos” —, bem como sua lógica de uso no PIM, passaram por avaliação e aprovação do CIF (CTOS, 2017). A partir da leitura e análise de deliberações, atas, memórias de reunião e notas técnicas, chamamos atenção para um compromisso firmado entre a Fundação Renova e os membros da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Financeiro (CTOS), na qual, “A Fundação [Renova] alegou que, caso forem verificados grupos no cadastro que não estejam descritos no protocolo de elegibilidade, estes serão incluídos no programa” (CTOS, 2016b).

¹⁷ As informações foram solicitadas em duas reuniões com a Fundação Renova, realizadas nos dias 26 de agosto de 2019 e 28 de novembro de 2019, além de reafirmadas via e-mail nos mesmos dias.

¹⁸ Informação obtida em reunião com a Fundação Renova, realizada no dia 28 de novembro de 2019.

Este mesmo compromisso foi reiterado oficialmente pela CTOS, via Nota Técnica 08/2016/CTOS, que indica “que ao Protocolo de Elegibilidade sejam acrescidos grupos não previamente listados, caso esses sejam identificados durante o processo de cadastro e levantamento dos danos”. Por fim, a Deliberação nº 34 do CIF endossa tal medida como condicionante à aprovação dos componentes da Matriz de Danos, reforçando a necessária “inclusão de grupos não previamente listados no Protocolo, caso esses sejam identificados durante o processo de cadastro e levantamento de danos” (CIF, 2016).

A Fundação Renova reconhece e explicita que as orientações para o reconhecimento de danos socioeconômicos são alteradas diariamente. Contudo, ao ser questionada sobre a sistematização consolidada dessas alterações via Protocolo de Elegibilidade de Danos, a instituição reconhece que o mesmo não é atualizado ao menos desde meados de 2017¹⁹.

A decisão foi tomada pela própria instituição e justificada em função de adequações operacionais. De acordo com o coordenador do PIM²⁰, o reconhecimento de novos danos e as alterações de critérios de elegibilidade passaram a ser realizados por meio de *Comunicados Internos*. Nas palavras da Fundação Renova²¹,

Como há uma dinâmica muito grande nos processos indenizatórios, e novos critérios para indenização surgem a cada dia, nossos direcionadores são os COMUNICADOS INTERNOS enviados a cada nova alteração aos quase 20 CIM's (Centro de Indenização Mediada) que temos distribuídos no território. Assim, esses comunicados passaram a ser os direcionadores de nossos processos indenizatórios.

A Fundação Renova alega que somente em um dia os técnicos chegam a enviar dois ou três Comunicados Internos alterando critérios ou procedimentos, como retratado no excerto citado. Ademais, a instituição informou²² que até o presente momento não possui qualquer sistematização consolidada dos parâmetros alterados por meio dos comunicados. Com isso, além de descumprir a exigência de atualização do Protocolo de Elegibilidade de Danos, a Fundação Renova incorre nas práticas de não consolidar os parâmetros que orientam a Matriz de Danos de modo atualizado e de não conferir

¹⁹ Informações obtidas em reuniões com a Fundação Renova, realizadas nos dias 26 de agosto de 2019 e 28 de novembro de 2019.

²⁰ Informação obtida em reunião com a Fundação Renova, realizada no dia 26 de agosto de 2019.

²¹ Informação obtida via e-mail da Fundação Renova, recebido no dia 03 de setembro de 2019.

²² Informação obtida em reuniões com a Fundação Renova, realizadas nos dias 26 de agosto de 2019 e 28 de novembro de 2019.

publicidade ao processo, tal como seria a função inicial do protocolo apresentada e aprovada nas diferentes esferas do CIF.

Ademais, sem a atualização do Protocolo de Elegibilidade de Danos, garantindo sua função inicial, e sem qualquer documento que sistematize e garanta a publicidade dos critérios de elegibilidade em uso no processo de reparação, torna-se inviável monitorar o cumprimento dos termos acordados, que supostamente garantiriam um processo de reconhecimento constante tanto de novos danos como de grupos e pessoas atingidas.

Destaca-se, por fim, que a FGV solicitou a sistematização de todos os danos reconhecidos e seus respectivos critérios de elegibilidade, e a Fundação Renova se comprometeu com o envio de material que correspondesse à demanda²³. No entanto, até a finalização deste relatório não foi obtido retorno satisfatório quanto à solicitação.

4.3.2 Fragilidade das estruturas de participação social no levantamento de danos e construção da Matriz de Danos e pouca transparência no processo

O TTAC é claro quando trata especificamente da necessidade de participação dos atingidos no processo de reparação, conforme duas de suas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 11: Entende-se como Participação nos PROGRAMAS a possibilidade de os IMPACTADOS efetivamente participarem, serem ouvidos e influenciar em todas as etapas e fases decorrentes do presente Acordo, tanto na fase de planejamento como na efetiva execução dos programas e ações referidas neste Acordo, devendo tal participação ser assegurada em caráter coletivo, seguindo metodologias que permitam expressão e participação individual, nos termos deste Acordo.

CLÁUSULA 12: O acesso à Informação implica que todos os PROGRAMAS decorrentes deste Acordo devem ser de acesso público e divulgados em linguagem acessível aos IMPACTADOS, devendo ser apresentados de uma forma transparente, clara e, sempre que possível, objetiva.

Em análise preliminar sobre o processo de construção dos documentos que conformam a Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova, não foram identificados registros metodológicos que permitam inferir a participação real e constante dos atingidos nesse processo. As informações fornecidas pela Fundação Renova sobre o “engajamento de *stakeholders*” são pontuais e não parecem considerar a necessidade constante de processos de participação. Identifica-se o relato sobre a realização de “37 reuniões para

²³ Informação enviada via e-mail à Fundação Renova, no dia 28 de agosto de 2019, e reforçada em reunião do dia 28 de novembro de 2019.

levantar danos e prejuízos junto aos impactados” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017), número aparentemente insuficiente perante o alcance geográfico do rompimento, e a informação não oficial sobre aproximadamente 200 reuniões supostamente realizadas no momento inicial de construção da Matriz de Danos²⁴.

Por fim, destaca-se como ponto de atenção a transparência dada aos parâmetros definidos pela Matriz de Danos. Como desenvolvido no apontamento anterior, a atualização de critérios e parâmetros de elegibilidade de danos, bem como o reconhecimento de novos danos, é realizada por meio de *Comunicados Internos*, encaminhados diretamente para os Centros de Indenização Mediada (CIM). Se a atualização devida existe, ela deve ser comunicada de maneira consolidada e de forma constante, clara e acessível, utilizando-se de métodos e mídias diversas para garantir, assim, o alcance da população a seus direitos como atingidos.

Além desta dificuldade de acesso à informação em função da não atualização e disponibilidade do Protocolo de Elegibilidade de Danos, a análise documental realizada para este estudo evidencia uma série de problemas relacionados com comunicação, atendimento e divulgação de informações do processo de reparação conduzido pela Fundação Renova. Como exemplo, são citados problemas de funcionamento e atendimento nos diversos canais operados da Fundação Renova; a falta de qualidade neste atendimento; a falta de informação disponível; a distância dos escritórios de indenização, gerando a necessidade de deslocamento dos atingidos quando não viabilizadas unidades de PIM móvel; o não funcionamento dos Centros de Atendimento da Fundação Renova fora do período comercial, dificultando as possibilidades de acesso; a falta de transparência das ações da Fundação Renova; entre outras questões²⁵.

4.3.3 Limitação de diálogo entre a Matriz de Danos e a reparação integral de povos indígenas e comunidades tradicionais

É importante atentar para a desconexão entre a Matriz de Danos concebida e elaborada pela Fundação Renova e os programas “Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas” (Programa 03) e “Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais” (Programa 04), responsáveis pelo processo de reparação

²⁴ Informação obtida em reunião com a Fundação Renova, realizada em 28 de novembro de 2019.

²⁵ Tais levantamentos de danos advindos do processo de reparação podem ser encontrados em documentos como: **Nota Técnica CTOS nº 32**, 2019; **Nota Técnica CTOS nº 19**, 2018a; **Nota Técnica da CT-CPDCS nº 11**, 2018, entre outros.

de povos indígenas e comunidades tradicionais. Para tais programas foram desenvolvidos estudos específicos, a saber: para os povos indígenas tupiniquim-guarani no Espírito Santo o Estudo do Componente Indígena (ECI) — desenvolvido pela consultoria Polifônicas Socioambiental (2018), e para a comunidade quilombola de Degredo em Linhares (ES), o Estudo do Componente Quilombola (ECQ) juntamente com o Plano Básico Ambiental Quilombola (PBQ) — realizado pela H&P (2018). Porém, até o momento, não houve esclarecimento satisfatório sobre a relação entre a matriz, instrumento utilizado no âmbito do PIM com o intuito de reunir os danos indenizáveis, com esta comunidade.

Segundo representantes da Fundação Renova²⁶, ainda não foi viabilizada uma forma de indenizar povos indígenas e comunidades tradicionais, pois as tratativas relacionadas com essas categorias são específicas. A instituição informa sobre a existência de reuniões internas para tratar do tema, mas não soube esclarecer nem mesmo se o processo indenizatório ocorrerá via PIM ou por meio dos programas específicos.

Verifica-se que não há, ou ao menos não nos foi disponibilizado mediante solicitação, instrumental com o intuito de consolidar danos do rompimento a povos indígenas e comunidades tradicionais já reconhecidos, e de esclarecer quais serão os critérios de elegibilidade adotados para respeitar as distinções entre danos individuais e coletivos, muitos dos quais já elencados nos estudos conduzidos pela Polifônicas Socioambiental (2018), H&P (2018) e Procuradoria Geral da República (2016). Sobre a questão, a Fundação Renova afirmou apenas que, até o presente momento, “este público” não pode ser incluído nas formas de acesso ao PIM, por isso as dúvidas apresentadas seriam encaminhadas para o responsável direto pelos respectivos programas.

4.3.4 Restrição da Fundação Renova no reconhecimento de danos previstos pelo TTAC

Como pontuado, a matriz elaborada pela Fundação Renova se propõe a identificar e sistematizar os danos passíveis de indenização a pessoas físicas ou jurídicas diretamente impactadas pelo desastre, com o intuito de repará-las. Os aspectos conceituais apresentados, como o fato das indenizações se restringirem à população “diretamente impactada”, são dados pelo TTAC. Porém, até mesmo nos termos do

²⁶ Informação obtida em reuniões com a Fundação Renova, realizadas nos dias 26 de agosto de 2019 e 28 de novembro de 2019.

TTAC, identificam-se restrições por parte das interpretações da Fundação Renova, o que se reflete no não reconhecimento de danos passíveis de indenização.

Um destaque é sobre a interpretação de “modos de vida” feita pela Fundação Renova, bem como a restrição na identificação de atividades econômicas específicas.

Na cláusula 01, o TTAC traz a definição do termo “impactados”, a saber, “as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo EVENTO nos termos das alíneas abaixo e deste ACORDO”. Entre as 10 alíneas estabelecidas (“a” a “j”), está a “destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas”. Nota-se que o termo “modos de vida”, aqui, encontra-se aplicado de maneira genérica, podendo abarcar uma ampla gama de interrupções ou interferências às diferentes práticas e maneiras de organização social das populações em questão.

Quando se volta à Matriz de Danos da Fundação Renova (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019b), no entanto, percebe-se que ela reconhece como “Dano Indenizado” do agrupamento “Interferência nos modos de vida” apenas o (i) “Aumento dos custos domésticos”; a (ii) “Interrupção temporária do fornecimento de água”; o (iii) “Dano moral de não residente por exposição a risco de vida”; e o (iv) “Dano moral de não residente por interrupção de trabalho habitual com fortes vínculos com a comunidade”, como descrito. Em contraponto, estudos que se debruçaram sobre a interferência do desastre em modos de vida de grupos atingidos — muitos dos quais contratados pela própria Fundação Renova, a exemplo daqueles realizados pela Polifônicas Socioambiental (2018), H&P (2018) e Expressão Socioambiental (S/D a; b; c; d; e; f; g; h) — evidenciam com clareza a existência de danos relacionados com questões de moradia, lazer, sociabilidade, identidade, saberes, crenças, seguridade, planos de futuro, participação e formas de organização social, entre outros, todos contidos em alteração nos modos de vida das diversas populações atingidas.

A própria Fundação Renova²⁷ reconhece a probabilidade de que o processo de levantamento de danos não tenha exaurido a abrangência das perdas materiais e imateriais, reforçando restrições de escopo para a elegibilidade de danos morais indenizáveis.

Mesmo quando se atenta para as perdas materiais e de lucros cessantes contemplados pela “Matriz de Danos” da Fundação Renova, é possível identificar atividades como

²⁷ Informações obtidas em entrevista realizada com a Fundação Renova e equipes da Synergia Consultoria Socioambiental no dia 26 de agosto de 2019.

pesca — proibida em grande parte da bacia —, agropecuária e comércio. Nota-se, contudo, por meio dos estudos analisados pela FGV, uma série de outras atividades econômicas também impactadas pelo desastre que ainda são pouco ou nada consideradas no processo de reparação, como o turismo, atividades artesanais²⁸, a prática do surf²⁹, além de outras cadeias ligadas à arte e extrativismo.

Além disso, mesmo dentro das cadeias da pesca e agropecuária, agrupamentos com relativo número de “Dano Indenizado” e “Dano Unitário” reconhecidos, os estudos e notas técnicas do CIF³⁰ relatam uma desconsideração, por exemplo, pelo trabalho de mulheres que participavam de processos tais quais limpeza e venda de peixes, ou negociações e venda de produtos agropecuários. Tais mulheres têm muita dificuldade de serem consideradas diretamente impactadas para, assim, poderem receber suas devidas indenizações, estando, em muitas das vezes, ligadas apenas como dependentes a seus maridos, ainda tratados como os “chefes de família”.

O processo de indenizações também é pouco sensível a peculiaridades locais, principalmente as relacionadas com comunidades onde a pesca, além de atividade econômica, constitui-se em uma forma de manutenção da tradicionalidade, aspecto central na composição dos “modos de vida”. Sua prática, nesses casos, é crucial para a transmissão intergeracional de conhecimentos ancestrais e atividade mantenedora de modos de vida específicos. Além disso, o fim da pesca também incorre, para as mais diversas populações, em mais tempo de ociosidade, afrouxamento de laços familiares e comunitários, prejuízos à subsistência e na mudança de hábitos alimentares vinculados à manutenção dessa tradicionalidade, todos danos passíveis de indenização e outras formas de reparação, mas pouco ou nada considerados na “Matriz de Danos” da Fundação Renova.

É possível perceber que, apesar de conter o dano moral em seu escopo, segmento apresentado na Figura 2, a matriz elaborada pela Fundação Renova trabalha parcamente com tal conceito mediante as evidências que poderiam ser inseridas dentro

²⁸ Tratada, por exemplo, em: EXPRESSÃO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico e avaliação de Impactos em Governador Valadares: turismo, cultura, esporte e lazer**. s.d.b; EXPRESSÃO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico e avaliação de impactos em Mariana: turismo, cultura, esporte e lazer**. s.d.e. e **Nota Técnica CTOS nº 28**, 2018b.

²⁹ Tratada, por exemplo, em: FUTURA. **Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer: Linhares**. Jan. 2017.

³⁰ Como, por exemplo, EXPRESSÃO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer: Baixo Guandu, Aimorés, Resplendor, Itueta**. s.d.a. e a **Nota Técnica CT-IPCT nº 16**, 2018, que diz respeito à uma categoria não considerada na Matriz de Danos em questão, mas que expressa uma prática que encontra paralelos ao longo da bacia atingida. Sobre o tratamento dado às mulheres no processo de reparação, ver FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A Situação das Mulheres Atingidas no Desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova**. São Paulo: FGV, 2019a.

dessa categoria jurídica. O próprio TTAC reconhece, por exemplo, a necessidade de reparar danos morais ligados à saúde — “impacto direto” da cláusula 01, em sua alínea i, que trata de “danos à saúde física ou mental”.

Dessa maneira, apesar de a Fundação Renova afirmar que:

O processo de valoração dos danos morais pagos no Programa de Indenização Mediada se dá, inicialmente, por meio da escuta das comunidades atingidas, a fim de confirmar os danos por elas suportados. Feita essa confirmação dos danos, a valoração ocorre de acordo com a jurisprudência dominante sobre o tema, especialmente julgados do Superior Tribunal de Justiça. Após a valoração, a Fundação retorna às comunidades para apresentação dos respectivos valores e explicações pertinentes e somente após essa etapa são iniciadas as indenizações³¹.

Esse processo de escuta e identificação mostra-se insuficiente. Conclui-se então que, mesmo levando em consideração os parâmetros apresentados pelo TTAC, documento que ampara a construção da Matriz de Danos, nota-se uma série de limitações referentes ao reconhecimento dos danos acarretados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

4.3.5 Restrições do TTAC para o reconhecimento de danos

Como desenvolvido, para que haja o reconhecimento de uma pessoa como atingida, é preciso antes que ela se enquadre nas alíneas da cláusula 01 do TTAC, e demonstre a ocorrência de “impacto direto” em função do rompimento (“evento”, como nos termos do TTAC). Portanto, para o instrumento em questão — e, conseqüentemente, para o processo de reparação em desenvolvimento —, é considerada passível de indenização aquela pessoa que sofreu alguma das tipificações de impacto direto decorrente do desastre, aspecto conceitual que limita o olhar sobre a integralidade dos danos sofridos pelo indivíduo e, conseqüentemente, para as possibilidades de reparação integral em suas diferentes dimensões.

A lógica que embasa a identificação de danos apresentada pelo TTAC parte de uma racionalidade utilizada em processos de Licenciamento Ambiental, cujo suporte metodológico e conceitual é a Avaliação de Impacto Ambiental. De acordo com Sánchez (2013), impactos diretos são aqueles que decorrem da forma como determinado empreendimento ou atividade interage com o ambiente, enquanto impactos indiretos são aqueles que decorrem de outros impactos. O debate conceitual interfere de modo

³¹ Declaração fornecida à Fundação Getúlio Vargas pela Fundação Renova (referência: GOV 2783).

decisivo na abrangência de escopo da “Matriz de Danos”. Há limites na transposição de conceitos da Avaliação de Impacto Ambiental ao contorno conceitual para reparação de desastres tecnológicos. Primeiramente, a Avaliação de Impacto Ambiental é um processo que via de regra visa investigar as potenciais alterações da qualidade ambiental em função de um conjunto de ações ainda não empreendido. Nesse ínterim, a acepção de impactos diretos e indiretos serve ao desenho de medidas de gestão para prevenir, mitigar ou — em última instância — compensar os impactos negativos avaliados.

Em segundo lugar, o conceito de impacto diz respeito a qualquer alteração na qualidade ambiental, seja ela considerada positiva ou negativa. Assim, é fundamental ter em conta que o caráter negativo ou positivo de um impacto é subjetivamente interpretado pela perspectiva de determinado agente social a respeito da alteração ambiental em questão. Nesse sentido, a direcionalidade do impacto está longe de poder ser apreendida de maneira objetiva. No caso de desastres tecnológicos, no entanto, os efeitos por ele engendrados se afastam da noção de impacto e se aproximam da de dano, que traz em si o caráter intrínseca e exclusivamente negativo de uma alteração.

Por fim, e central para os debates que tocam o reconhecimento dos danos ocorridos, a Avaliação de Impacto Ambiental não faz distinção de importância entre impactos diretos e indiretos. Ambos são considerados igualmente relevantes e são hierarquizados de acordo com seu potencial de alteração na qualidade ambiental. Nesse sentido, a relação de causalidade direta ou indireta nada importa ao reconhecimento de determinado impacto, menos ainda para as exigências de reparação. Assim, destaca-se que, do modo como os conceitos estão empregados no TTAC, há um reconhecimento apenas de danos vinculados aos impactos diretos, distinguindo-os em importância dos impactos indiretos.

O TTAC trata, na cláusula 01, da população “indiretamente impactada”, como:

as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem nos incisos anteriores, que residam ou venham a residir na ÁREA DE ABRANGÊNCIA e que sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais em decorrência das consequências ambientais ou econômicas, diretas ou indiretas, presentes ou futuras, do EVENTO, que serão contempladas com acesso à informação e a participação nas discussões comunitárias, bem como poderão ter acesso aos equipamentos públicos resultantes dos PROGRAMAS.

Já a cláusula 20 do presente termo, esclarece:

Deverá ser identificada a totalidade das áreas em que se constatarem impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais, em estudo

contratado pela FUNDAÇÃO e realizado por instituição independente a partir de orientações do COMITÊ INTERFEDERATIVO, que deverá validá-lo.

Por fim, retoma-se a cláusula 34:

A FUNDAÇÃO elaborará os parâmetros de indenização considerando as condições socioeconômicas dos IMPACTADOS na SITUAÇÃO ANTERIOR, bem como os princípios gerais da lei brasileira e os parâmetros existentes na jurisprudência brasileira.

Limitada aos termos do TTAC, a Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova pressupõe que dano é sinônimo de impacto direto e, com isso, restringe seu reconhecimento pelo processo indenizatório, dimensão importante do processo de reparação integral.

Análises realizadas nos documentos gerados no âmbito da Força Tarefa do Ministério Público Federal e das instâncias do CIF, além de estudos contratados pela Fundação Renova, endereçam claramente uma amplitude de danos passíveis de indenização mais abrangente do que aquela reconhecida pela Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova e pelo próprio TTAC. Além disso, pontuam a necessidade de um avanço do ponto de vista conceitual, negando distinções de importância entre impactos diretos e indiretos para fins de reparação. Aspecto esse que reforça a necessária atenção para a centralidade dos atingidos, para a participação social contínua e para a construção de uma matriz que vise a reparação integral de todos os danos acarretados pelo rompimento da Barragem de Fundão. Inclusive, é importante reconhecer que os danos não cessam, e que, por isso, tal matriz exige atenção e atualizações constantes, podendo se tornar, inclusive, um instrumento em que a população atingida se reconheça na integralidade dos danos sofridos.

5 INVESTIGAÇÃO SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE MATRIZ DE DANOS E ATINGIDOS DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS CÁRITAS E DA AEDAS

Ao longo da bacia do Rio Doce encontram-se realidades distintas e relações diversas com o processo de reparação em curso. Se a organização social presente nos territórios garantiu a contratação de Assessorias Técnicas (ATs) para as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, até o presente momento apenas os municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e o distrito de Chopotó, em Ponte Nova, todos no estado de Minas Gerais, contam com instituições voltadas para essa finalidade. Mais especificamente, apenas as ATs de Mariana e Barra Longa — Cáritas e AEDAS, respectivamente — avançaram na construção de matrizes de danos para os territórios onde atuam.

Esta seção visa aprofundar a compreensão sobre tais dinâmicas, apresentando os conceitos norteadores e premissas no levantamento de danos para a construção das matrizes, que aparecem como alternativas ao processo de indenização desenvolvido pela Fundação Renova, analisado anteriormente.

Toda a informação aqui apresentada tem origem das entrevistas realizadas com a coordenação e a equipe técnica das ATs, conforme descrito na seção 3 — Procedimentos metodológicos.

5.1 A inserção das ATs no processo de reparação

Motivadas por um conjunto de insatisfações e da não identificação das pessoas atingidas com a atuação da Fundação Renova no processo de reparação dos danos causados pelo desastre, as comissões de atingidos de Mariana e Barra Longa apresentaram às ATs a demanda por construção de uma Matriz de Danos. De acordo com um dos representantes da AEDAS, os atingidos já vinham identificando limitações nos produtos da Fundação Renova desde o início de sua atuação, sobretudo no que se refere à identificação e dimensionamento de danos. A fala de um dos representantes da Cáritas, exemplifica as limitações que estimularam a elaboração de uma nova Matriz de Danos por parte das ATs.

As empresas ofereceram uma matriz de danos que não tinha nenhum diálogo com a realidade dos atingidos. Os atingidos não participaram da construção dela. Surge daí a demanda clara dos atingidos para a construção de uma matriz que fosse independente e de confiança, pensada a partir desse diálogo com a AT. Uma matriz que

representasse a realidade dos atingidos e que trouxesse a valoração das perdas e danos que eles sofreram³².

Essa crítica reforça constatações evidenciadas e descritas nas seções anteriores deste documento, tais como os limites à ampla participação no processo de elaboração da matriz de danos da Fundação Renova e a insuficiência no reconhecimento de danos e de grupos de pessoas atingidos pelo desastre.

Tal perspectiva é apoiada por outro entrevistado da equipe da Cáritas.

A identificação de danos é mínima, o alcance é precário e a participação é nula. A grande questão é que não há participação dos atingidos. Ela [Fundação Renova] chega com uma tabela pronta, colocada ali. Você vai tentar especular um pouco mais e vê que não tem método, não traz referências de valores e quando traz, é muito precariamente. Você vai tentar aprofundar um pouco e não consegue porque eles não disponibilizam ou não mostram de onde tiraram o valor³³.

De acordo com AEDAS³⁴, que atua em Barra Longa, assim como para Cáritas, em Mariana, a ausência de informações sobre a composição dos valores constantes na Matriz de Danos elaborada pela Renova impulsionou a demanda pela elaboração de uma matriz própria que partisse dos atingidos. Segundo depoimentos³⁵, não apenas os valores foram subdimensionados, mas também a amplitude dos danos em si, sendo recorrentemente citadas limitações quanto ao reconhecimento de danos morais, que não estão discriminados em suas várias possibilidades, e sobre as perdas imateriais que não estão contempladas na Matriz de Danos de maneira adequada.

Assim, além do subdimensionamento dos danos e dos valores apresentados, a falta de participação dos atingidos no processo de construção da Matriz de Danos elaborada pela Renova foi questão fundamental para construção da Matriz de Danos, a partir da escuta dos atingidos.

O mesmo vale para a carência de transparência em relação aos critérios de elegibilidade e de cadastro³⁶. De acordo com representantes da Cáritas³⁷, a Fundação Renova cadastrou 400 famílias em Mariana, enquanto o cadastro da AT já ultrapassa mil

³² Entrevista realizada dia 06 de setembro de 2019, no município de Mariana (MG).

³³ Entrevista realizada dia 06 de setembro de 2019, no município de Mariana (MG).

³⁴ Entrevista realizada dia 05 de setembro de 2019, no município de Barra Longa (MG).

³⁵ Entrevista realizada dia 05 de setembro de 2019, no município de Barra Longa (MG) e entrevista realizada dia 06 de setembro de 2019 no município de Mariana (MG).

³⁶ Aspecto bastante abordado também em: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. São Paulo: FGV, 2019b.

³⁷ Entrevista realizada dia 06 de setembro de 2019, no município de Mariana (MG).

famílias. De acordo com as ATs, a falta de clareza sobre os critérios também pode ser associada à linguagem utilizada no diálogo com pessoas atingidas. A comunicação utilizada pelos funcionários da Fundação Renova é muito técnica, a ponto de dificultar a compreensão dos atingidos. As pessoas não se reconhecem nos conceitos empregados, tais como “impactados” e “impacto” (e suas variações de direto, indireto, negativo e positivo) — “tais conceitos não são adequados à situação pós-rompimento”³⁸, uma vez que esses termos advêm do campo de Avaliação de Impacto Ambiental e de processos de Licenciamento Ambiental, conforme apontado na subseção 5.3.5.

Os conceitos de dano e de atingido são mais próprios para o contexto de desastre, uma vez que se concretizam na aceitação e construção social nos territórios de seu significado: enquanto impactos podem ser negativos e positivos, o conceito de dano concerne às alterações negativas na vida das pessoas, pelas quais uma situação ou um ente (neste caso, Samarco, Vale e BHP Billiton, empresas proprietárias da Barragem de Fundão) é responsável. Na entrevista com a Cáritas³⁹, foi apresentado o histórico de construção e distinção desses conceitos no território:

Quando a gente chega aqui em 2016 a gente entendia a partir das falas que o conceito de atingido era o que a empresa dava. Então atingido era quem teve a lama sobre o terreno. Se a lama passou em cima é atingido. Se não passou, não é. Esse era o conceito que vigorava. Tempos depois, quando vem todo esse processo que a AT chega, que se conquista a auto declaração, os atingidos chegam para a gente e falam que entendem que atingido é quem teve a vida transformada pela chegada da lama e não exatamente porque a lama passou em cima, mas porque a lama modificou relações, modificou tudo. Ela tirou meu vizinho, eu não tenho mais relação com o rio, não tenho sinal telefônico...não tenho ‘n’ coisas que eu tinha antes porque a lama passou em cima do terreno. Então você vê que houve uma outra percepção do que é atingido. Hoje os atingidos carregam consigo essa percepção, o atingido é todo mundo que se identifica como atingido, independente da lama ter passado por cima ou não.

Cáritas e AEDAS então propuseram metodologias alternativas para a construção de novas Matriz de Danos, partindo da centralidade das pessoas atingidas pelo desastre e buscando ampliar os conceitos empregados na elaboração da Matriz da Fundação Renova. As metodologias das Assessorias Técnicas buscam o reconhecimento mais abrangente de danos nas dimensões material e imaterial dos modos de vida, com transparência no processo e garantia de acesso às informações produzidas, a partir de uma construção conjunta com diferentes grupos de atingidos.

³⁸ Entrevista realizada dia 05 de setembro de 2019, no município de Barra Longa (MG).

³⁹ Entrevista realizada dia 06 de setembro de 2019, no município de Mariana (MG).

5.2 Princípios e metodologia na construção das Matrizes de Danos das Assessorias Técnicas

5.2.1 Cáritas⁴⁰

Premissas e conceitos que nortearam a construção da matriz

A primeira iniciativa de elaboração de Matriz de Danos alternativa à proposta da Fundação Renova partiu da Cáritas, que, no início de sua atuação como AT no município de Mariana, engajou-se na reformulação de instrumentos utilizados no processo de reparação do TTAC. Compreendendo que a reparação tal como vinha sendo debatida e executada possuía limitações, a Cáritas deflagrou um processo participativo que partiu da centralidade das pessoas atingidas no reconhecimento e na descrição dos danos por elas sofridos. As premissas que norteiam o trabalho de construção da Matriz da Cáritas são:

- I Garantir a participação efetiva e informada dos atingidos;
- II Garantir o protagonismo dos atingidos no processo;
- III Promover a confiança com os grupos de atingidos;
- IV Garantir a justa indenização aos atingidos, reconhecendo que os valores praticados na indenização devem ser justos;
- V Trabalhar na perspectiva da reparação integral dos atingidos, que vai além da indenização;
- VI A busca pela garantia dos direitos dos atingidos.

Levantamento de informações sobre danos

A Matriz é constituída a partir dos danos levantados nos relatos dos próprios atingidos e está estruturada em quatro linhas: (i) identificação do dano; (ii) qualificação (categorização) desse dano; (iii) metodologia de valoração; e (iv) valoração.

De acordo com a Cáritas, a identificação de danos para a composição da matriz foi realizada de forma participativa, a partir de grupos de base que reuniam pessoas atingidas de uma determinada localidade para discutir direitos violados e organizar demandas e reivindicações. Ao todo, foram estabelecidos 17 grupos de base em toda a área de atuação da Cáritas. O trabalho seguiu a orientação de construção coletiva e popular do entendimento sobre os diversos aspectos do desastre, tais como os

⁴⁰ Toda a seção é baseada em entrevista realizada dia 06 de setembro de 2019, no município de Mariana (MG) com equipe da Cáritas.

conceitos que deveriam ser empregados na reparação, a autodeclaração das pessoas enquanto atingidas e o processo de levantamento de danos por elas sofridos.

Para o levantamento dos danos, a Cáritas se subsidiou de informações reunidas no processo de cadastramento das pessoas atingidas concebido pela própria AT e composto por quatro etapas: formulário; cartografia social familiar; vistoria; e tomada de termo. As etapas do formulário, cartografia social familiar e tomada de termo foram concebidas pelos/as próprios/as atingidos/as e pela AT, em grupos de trabalho realizados no segundo semestre de 2017 — trata-se de uma demanda dos atingidos, que consideraram o cadastro realizado pela Fundação Renova insuficiente e não representativo. Esse cadastramento gerou um dossiê por núcleo familiar que concentra uma série de informações a respeito dos modos de vida e dos danos sofridos pelas pessoas atingidas. Agregados, esses dossiês contemplam um levantamento amplo dos danos, que foram utilizados pela AT como uma importante fonte de informações para a construção da Matriz de Danos.

A Cáritas também promoveu momentos coletivos de diálogo para aprofundar o entendimento sobre os danos identificados. Para tal, foram realizadas reuniões ampliadas dos grupos de base, reunindo mais pessoas para captar diferentes percepções e olhares, entendendo que cada comunidade tem especificidades que devem ser contempladas na Matriz de Danos. Esse processo também serviu para que os temas fossem priorizados e debatidos com maior profundidade.

De acordo com a equipe técnica da Cáritas, o cadastro e o processo de identificação de danos reforçaram-se mutuamente. Da mesma forma que as informações do cadastro serviram às discussões e ao levantamento de danos, os diálogos participativos promovidos pela AT para identificação, aprofundamento e organização dos danos foram úteis para repensar questões do cadastro. Dessa forma, a AT buscou aprimorar continuamente seus instrumentos, adaptando-os às realidades locais.

A identificação das pessoas atingidas é realizada por autodeclaração. Conforme relatado pela equipe da Cáritas, o entendimento de uma pessoa atingida sobre um desastre é profundamente distinto daquele de uma pessoa impactada por um grande empreendimento de infraestrutura. Enquanto comunidades impactadas por estes últimos tomam conhecimento prévio sobre a mudança de suas vidas (mesmo que geralmente de forma muito limitada, dada a baixa transparência no acesso à informação sobre o planejamento e a execução desses empreendimentos), o rompimento da Barragem de Fundão trouxe a necessidade abrupta de que as pessoas se declarem como atingidas.

Nesse sentido, a autodeclaração reforça a resistência dos territórios ante o desastre, no entanto, leva tempo e passa pelo trabalho de discutir o que é uma pessoa atingida, quem são as pessoas atingidas pelo desastre e quais são as consequências em seus modos de vida. Além disso, há a necessidade de que todos os danos identificados sejam sistematizados na Matriz de Danos.

Estrutura e organização dos danos na matriz

Após a identificação dos danos, Cáritas empreendeu um esforço de qualificá-los visando a valoração. De acordo com a AT, esse aprofundamento do conteúdo na Matriz de Danos é guiado pela perspectiva de reparação integral, apesar de atualmente o foco estar na indenização individual das pessoas atingidas pelo desastre. Priorizar a indenização foi uma opção pela demanda dos atingidos, que entenderam ser fundamental ter influência nas negociações sobre indenização em curso no território.

Essa fase do trabalho recebeu aporte de estudos realizados por outras entidades, como a Pólen Consultoria e o Núcleo de Pesquisa e Vulnerabilidade em Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais (Naves/UFMG), contratados para aprofundar pesquisas sobre saúde física e mental dos atingidos. Segundo os entrevistados, esses estudos foram importantes no detalhamento dos danos identificados e na conexão com a valoração. A decisão a respeito de quais parcerias devem ser firmadas é realizada também em espaços compartilhados com os atingidos.

De acordo com os representantes da Cáritas entrevistados, os danos são levantados tanto na dimensão individual como na coletiva, mas o processo de valoração ocorre apenas no nível individual. A valoração parte de uma categorização que também recebe aporte dos estudos realizados em parceria com terceiros. Escolhido o método de valoração para os danos categorizados e realizada a valoração em si, o trabalho em fase de conclusão retorna aos grupos de atingidos, que fazem suas considerações a respeito de todo o processo.

Os danos na matriz elaborada pela Cáritas estão organizados em quatro eixos: (i) Perdas e Danos Materiais Individuais ou Familiares; (ii) Perdas e Danos Referentes às Atividades Econômicas; (iii) Perdas e Danos Materiais e Morais de Bens Coletivos; (iv) Perdas e Danos Extrapatrimoniais.

Os resultados obtidos no processo de valoração são incluídos na Matriz de Danos. Dessa forma, a Matriz de Danos concentra os danos identificados e, para os indenizáveis, discrimina valores que podem ser utilizados pelos grupos de atingidos em suas demandas por modificações no processo de reparação conduzido pela Fundação Renova.

Todo o processo de construção da Matriz foi permeado por constantes devolutivas, que cumprem papel na transparência e na qualificação do resultado nos espaços de participação criados pela AT. Houve uma devolutiva final, na qual os resultados da valoração foram comunicados e debatidos com os grupos de pessoas atingidas. Segundo a Cáritas, ao final do processo, as comissões de atingidos tendem a reconhecer os valores obtidos como mais justos do que aqueles dispostos na Matriz de Danos da Fundação Renova, o que as leva a utilizá-los em seu pleito a mudanças no processo de reparação em curso.

Deve-se ter em conta que tanto o cadastramento como a construção da Matriz de Danos são processos em andamento, o que significa que determinados danos e grupos de pessoas atingidas podem não ter sido ainda identificados. A Cáritas assume que se trata de um exercício constante de atualização de dados, de danos passíveis de valoração e acompanhamento de mudanças nos territórios e no processo de reparação. Além disso, ela reconhece que outras discussões sobre reparação integral seguem paralelamente à atual construção do cadastro e da Matriz de Danos. Como mencionado, o foco da AT tem sido na indenização, mas concomitantemente a essa frente seguem debates a respeito de medidas de compensação, de mitigação e outras formas de reparação ainda pouco exploradas, como a reabilitação e a garantia de não repetição.

De que modo a Matriz de Danos faz parte do processo de reparação?

De acordo com a Cáritas, a Matriz de Danos é uma forma de garantir a reparação integral dos atingidos, podendo ser usada como instrumento de argumentação e negociação no processo de indenização. Na perspectiva da reparação integral, o processo não se encerra na construção da Matriz de Danos, mas no uso de todo o trabalho da assessoria para buscar uma reparação justa a todos os danos materiais e imateriais sofridos pelos atingidos. A construção da Matriz de Danos aporta à população atingida conhecimentos e saberes que podem ser úteis na luta pelo reconhecimento de direitos e reparação integral, assim como o fazem também outros estudos e parcerias estabelecidas com instituições como as universidades e centros de estudos, que produzem um vasto material sobre a realidade dos atingidos que pode ser manejado no processo de reparação. Além de instrumento para a indenização, a própria construção da Matriz é parte do processo de aprendizagem para que atingidos possam lutar por seus direitos.

5.2.2 AEDAS⁴¹

Premissas e conceitos que nortearam a construção da matriz

O trabalho da AEDAS na construção da Matriz de Danos junto aos grupos de atingidos em Barra Longa foi guiado pelas seguintes premissas:

- I A promoção da constante participação das pessoas atingidas no processo de levantamento de danos e de construção de caminhos para a reparação;
- II Promover o debate sobre as categorias que embasam o processo de reparação na esfera jurídica, a fim de empoderar as comunidades no pleito de seus direitos;
- III Construir um processo no qual as pessoas atingidas se reconheçam;
- IV A perspectiva da reparação integral para além da indenização dos danos materiais.

Levantamento de informações sobre danos

Semelhante ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Cáritas, a construção realizada pela AEDAS no município de Barra Longa partiu da construção de grupos de base⁴², isto é, grupos de pessoas atingidas organizados a partir de especificidades do território. Esses grupos foram reunidos para debater uma série de questões ligadas à reparação do desastre e para organizar as demandas e reivindicações dos atingidos de Barra Longa. De acordo com os representantes da AEDAS entrevistados, os debates abordaram desde a definição dos temas que seriam trabalhados na matriz até a priorização daqueles que mereciam emergência para serem negociados com a Fundação Renova.

A discussão sobre conceitos do processo de reparação surgiu como uma das demandas dos atingidos e, por isso, foi também trabalhada nos grupos de base. Diferenciações entre impacto e dano, impactado e atingido, e indenização e reparação foram alvo de reflexões coletivas, deflagrando um processo formativo de reconhecimento das pessoas atingidas e, assim, influenciando o trabalho subsequente da AEDAS. Tal como a Cáritas, a adoção do conceito de atingido ao invés de impactado esteve no cerne do levantamento de danos realizado nos grupos de base. Segundo AEDAS, o diagnóstico

⁴¹ Toda seção é baseada em informações adquiridas a partir da entrevista realizada dia 05 de setembro de 2019, no município de Barra Longa (MG).

⁴² Foram formados 22 grupos de base ao longo do território de Barra Longa, distribuídos entre as zonas rural e urbana.

dos danos foi guiado por perguntas orientadoras como “qual(is) foi(foram) a(s) alteração(ões) da sua vida?” ou “como ficou a vida depois do desastre?”.

As reivindicações construídas conjuntamente compuseram a Pauta dos Atingidos⁴³. Neste documento foram elencados os direitos associados aos danos levantados, são eles:

- Direito à moradia digna e infraestrutura na cidade e na zona rural;
- Direito ao trabalho digno, geração de renda e ao desenvolvimento econômico;
- Direito à participação, poder de decisão e acesso à informação;
- Direito à saúde, à qualidade de vida e à convivência familiar e comunitária;
- Direito ao acesso à informação;
- Direito à participação e controle social nas decisões relativas a saúde;
- Direito ao ambiente saudável;
- Direito à indenização justa.

Posteriormente à construção da pauta dos atingidos, houve o processo de priorização dos eixos da Matriz de Danos, definido pelos atingidos em parceria com a AT.

A partir desta priorização, a estratégia definida pela AEDAS para o levantamento detalhado dos danos foi realizar rodadas de discussões temáticas nos grupos de base, feita por etapas de formação, levantamento de danos e elaboração de medidas de reparação.

Representantes da AEDAS citaram como exemplo o levantamento realizado para o eixo referente à perda de trabalho e renda. A partir de uma rodada de discussões em cada um dos grupos de base, foi possível entender a composição de renda das pessoas e como ela foi alterada. Além disso, foram identificados grupos de atividades que compõem a renda familiar. As discussões sobre este eixo passaram, então, a ser realizadas a partir desses novos grupos de atividades denominados de seminários temáticos:

- Donas de casa;
- Bordadeiras e artesãos;
- Garimpeiros;
- Pescadores;
- Comerciantes;
- Produtores rurais;

⁴³ Pauta de Reivindicações elaborada pela Comissão de Atingidos e Atingidas de Barra Longa, em 5 de dezembro de 2017.

- Trabalhadores rurais;
- Assalariados;
- Desempregados;
- Trabalhadores da construção civil;
- Trabalhadores por conta própria (autônomos);
- Aposentados.

Estrutura e organização dos danos na matriz

As informações levantadas nos seminários temáticos e nos grupos de base foram organizadas para serem usadas posteriormente na construção da Matriz de Danos e no trabalho da AT como um todo. De acordo com a AEDAS, as informações foram sistematizadas e analisadas pela equipe técnica da AT. Assim, os danos foram organizados de acordo com os grupos econômicos identificados, para os quais foram trabalhadas as leituras dos danos na perspectiva jurídica e as possibilidades de reparação postas na jurisprudência nacional e internacional.

Todo esse conteúdo foi trabalhado pela AT junto aos grupos de atingidos de maneira didática, usando recursos de comunicação capazes de traduzir a linguagem técnica do campo jurídico para a compreensão das comunidades. Foi realizada também uma construção com os grupos atingidos sobre formas de reparação, as quais foram consideradas pela AT em suas propostas para além de medidas indenizatórias.

Os danos identificados foram trabalhados em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que elaborou estudos técnicos para o aprofundamento da compreensão dos danos detalhados a partir de unidades indenizáveis. Importante mencionar que a UFRRJ acompanhou o processo de identificação de danos nos momentos coletivos construídos com os grupos de atingidos, estando a par dos modos de vida a serem representados na Matriz de Danos e, quando necessário, demandou novas rodas de diálogo com os grupos para esclarecimentos e aprofundamentos adicionais. Dessa forma, a matriz se faz de um processo contínuo a partir da parceria técnica entre AEDAS e UFRRJ, em conjunto com os atingidos.

Por fim, AEDAS e UFRRJ organizaram devolutivas aos grupos de atingidos que participaram da construção da Matriz de Danos. Nessa fase, o foco das reuniões foi comunicar aos atingidos os resultados de todo o processo de identificação, valoração e proposição de medidas reparatórias. A AT promove um espaço de diálogo em que os atingidos possam compartilhar com a coletividade suas impressões sobre os resultados e também sobre o próprio trabalho da AT.

A Matriz de Danos seguiu eixos definidos junto aos grupos de atingidos de Barra Longa, considerando a dimensão material e a imaterial dos danos: (i) Moradia e Objetos, (ii) Agropecuária e Segurança Alimentar, (iii) Comércio, Trabalho e Despesas e (iv) Saúde e Dano Moral.

De acordo com a AEDAS, o trabalho no eixo (i), Moradia e Objetos, já está concluído. Esse eixo foi considerado prioritário no início da atuação da AT, sendo o primeiro a ser trabalhado conjuntamente com os atingidos e com a UFRRJ. No momento, o resultado desse eixo encontra-se na fase de negociação com a Fundação Renova.

De que modo a Matriz de Danos faz parte do processo de reparação?

O resultado das discussões com os grupos de atingidos orientou todo o trabalho da AT, incluindo a opção por trabalhar duas matrizes distintas, porém conectadas: uma de indenização e outra de reparação. A matriz de indenização foi baseada principalmente na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, trazendo como aporte conceitual o marco de Sendai, e a jurisprudência do Cançado Trindade, que traz o Princípio da Centralidade do Sofrimento da Vítima, cunhado por Antônio Augusto Cançado Trindade durante sua atuação como juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A matriz de reparação foi construída com base nas normativas e políticas públicas existentes no Brasil, bem como em referências internacionais sobre políticas reparatórias. A partir dessas referências e de metodologias associadas à educação popular são trabalhadas sete formas de reparação:

- Indenização;
- Reabilitação;
- Restituição;
- Compensação;
- Mitigação;
- Satisfação;
- Não repetição.

De acordo com os representantes da AEDAS, o intuito da matriz de reparação é organizar as demandas provenientes dos atingidos e negociar no âmbito da estrutura oficial atualmente construída. Posteriormente à construção coletiva do entendimento a respeito dos danos sofridos pelas comunidades, a AT começa a organizar as propostas em termos de medidas reparatórias. Isso parte do acúmulo técnico da equipe da AEDAS a respeito das possibilidades de reparação, previstas em jurisprudências, para os diferentes tipos de danos identificados.

CONCLUSÕES

Investigar os significados atribuídos ao termo Matriz de Danos, conforme exposto no documento, proporciona não só uma análise dos instrumentos e procedimentos adotados para identificar e organizar os danos do rompimento da Barragem de Fundão, mas também discussões sobre a capacidade de responder ao enorme desafio de reparar integralmente as pessoas atingidas pelo desastre do Rio Doce.

Apesar de ser o único instrumento que organiza os danos do rompimento identificados pela Fundação Renova em toda a bacia, foz e regiões litorâneas atingidas, a Matriz de Danos atualmente utilizada no processo de reparação alcança apenas os danos individuais e indenizáveis, referindo-se especificamente ao PG02 (PIM). Permanece enorme lacuna na perspectiva da reparação integral, em especial no que se refere aos danos imateriais, coletivos, danos decorrentes da própria reparação e aqueles que afetam grupos específicos, como povos indígenas e comunidades tradicionais. Com relação aos últimos grupos citados, a consideração primordial é que, até o presente momento, a reparação concebida e executada pela Fundação Renova impõe entraves para a indenização dessas comunidades, dificultando o acesso a uma das dimensões da reparação integral. Ao fazer isso, vai na contramão de processos que visam fomentar o autorreconhecimento e a autodeclaração.

De acordo com os estudos, essa matriz foi elaborada pela Fundação Renova para amparar as ações indenizatórias, portanto, serve à sistematização de danos indenizáveis e aspectos ligados a (1) reconhecimento, (2) valoração e (3) comprovação. Com essa função, seu alcance se mostra frágil, em especial por não considerar a perspectiva das pessoas atingidas de forma ampla e clara, para além daquelas informações obtidas por meio do cadastramento realizado pelo Programa 01 e por não se articular com os demais programas de reparação. Além disso, destaca-se o difícil acesso a informações sobre as metodologias utilizadas pela Fundação Renova na elaboração do instrumento que, mesmo após a investigação realizada, não permitem total compreensão, reforçando aspectos negativos atribuídos ao processo de elaboração.

Por sua vez, é notável que a presença das Assessorias Técnicas nos territórios impõe novas perspectivas para a reparação integral dos atingidos. A construção das matrizes elaboradas por Cáritas e AEDAS não se restringe ao TTAC, e contribui para organizar os danos do rompimento a partir do ponto de vista daqueles que sofreram com o desastre, o que a torna mais aderente às pessoas e aos territórios atingidos.

A pesquisa também explicita que as matrizes elaboradas por Cáritas e AEDAS fazem parte de um longo trabalho desenvolvido junto aos atingidos em seus territórios, e envolveram processos de formação e organização social, possíveis apenas em função da capilaridade pensada para o papel das assessoriais técnicas.

Em comparação, observa-se que o conceito e o processo de construção da Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova estão aquém de uma reparação integral nos termos do TAP e seu aditivo, sendo urgente e necessária sua revisão de escopo e objetivos, além da garantia de transparência a todo o processo. Por outro lado, o contato com a construção de matrizes por parte de Assessorias Técnicas revela a existência de processos que já ampliaram os significados do termo matriz de danos.

Mesmo com as especificidades identificadas, o trabalho desenvolvido em territórios atingidos por Cáritas e AEDAS prova que é possível identificar danos de forma participativa e a partir da vivência das pessoas atingidas.

O intuito deste estudo foi avaliar as metodologias e práticas adotadas para a construção de uma Matriz de Danos, e considerar os significados que esses processos atribuíram ao uso do instrumento na reparação do desastre do Rio Doce. Deste modo, identificam-se nas construções realizadas pelas Assessorias Técnicas a ampliação dos horizontes do processo de reparação integral e a legitimidade de um instrumento capaz de sistematizar danos que dê guarida às diferentes dimensões da vida daqueles que vivem o desastre, em especial por uma abordagem dos “modos de vida” de forma uma complexa e ampliada.

Dessa forma, a FGV entende crucial lastrear no diálogo e nas melhores práticas todo o seu trabalho nos territórios atingidos, a fim de construir matrizes de danos de modo participativo. É a partir dessa construção, fundamentada no protagonismo dos atingidos e demais esforços organizados pela Força Tarefa do MPF, que se pretende agir sobre o processo de reparação no sentido da justiça social.

REFERÊNCIAS

ARMOUR A. Integrating impact assessment into the planning process. **Impact Assess Bull**, v. 8, n. ½, p. 3–14, 1990.

BADAN NASIONAL PENANGGULANGAN BENCANA (BNPB). **West Sumatra and Jambi natural disasters: damage, loss and preliminary needs assessment**. Jakarta: BNPB, 2009.

BRASIL; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF); MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (MPMG); MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO (MPES) et. al. **Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC-Governança)**. 25 jun. 2018. Disponível em: <www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/tac-gov/2018-06-25-cif-tac_governanca.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BURDGE, R. J.; TAYLOR, N. When and where is social impact assessment required. In: **INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT ANNUAL MEETING**, Porto, 2012.

CÂMARA TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL (CT-CPDCS). **Nota Técnica nº 11**. Brasília (DF), 2018.

CÂMARA TÉCNICA DE INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CT-IPCT). **Nota Técnica nº 16**. Brasília (DF), 2018.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL (CTOS). **Nota Técnica nº 08**. Brasília (DF), 2016a.

_____. **Memória de reunião**: Reuniões Extraordinárias da Câmara Técnica de Organização Social — Programa de Indenização Mediada. 17 e 31 out. 2016. 2016b.

_____. **Memória de reunião extraordinária da CTOS**, 14 set. 2017.

_____. **Nota Técnica nº 19**. Brasília (DF), 2018a.

_____. **Nota Técnica nº 28**. Brasília (DF), 2018b.

_____. **Nota Técnica nº 32**. Brasília (DF), 2019.

CHAMBERS, R. **Whose reality counts?** Putting the first last. Londres: Intermediate Technology Publications, 1997.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Handbook for estimating the socio-economic and environmental effects of disasters**. Santiago do Chile: CEPAL, 2003.

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF). **Deliberação nº 34**, 24 de novembro de 2016. Aprova Protocolo de Elegibilidade e Matriz de Documentos Comprobatórios e sugere modificações. Brasília (DF), 2016.

ESTEVES, M.; FRANKS, D.; VANCLAY, F. (2012). Social impact assessment: the state of the art. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 30, n. 1, p. 34-42, 2012.

EXPRESSÃO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer:** Baixo Guandu, Aimorés, Resplendor, Itueta. s.d.a.

____. **Diagnóstico e avaliação de Impactos em Governador Valadares:** turismo, cultura, esporte e lazer. s.d.b.

____. **Diagnóstico e avaliação de impactos em Barra Longa:** turismo, cultura, esporte e lazer. s.d.c.

____. **Diagnóstico e avaliação de impactos em Conselheiro Pena:** turismo, cultura, esporte e lazer. s.d.d.

____. **Diagnóstico e avaliação de impactos em Mariana:** turismo, cultura, esporte e lazer. s.d.e.

____. **Diagnóstico e avaliação de impactos em Rio Doce:** turismo, cultura, esporte e lazer. s.d.f.

____. **Diagnóstico e avaliação de impactos em Santa Cruz do Escalvado:** turismo, cultura, esporte e lazer. s.d.g.

____. **Diagnóstico e avaliação de impactos em Tumiritinga:** turismo, cultura, esporte e lazer. s.d.h.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova.** São Paulo: FGV, 2019a.

____. **Análise do Cadastro Socioeconômico.** São Paulo: FGV, 2019b.

FUNDAÇÃO RENOVA. **GOV 2783.** sd.

____. **PG 001— Programa de levantamento e de cadastro dos impactados:** definição do programa. nov./2018.

____. **PG-002 — Programa de Indenização Mediada: definição do programa — etapa 3.** Dez. 2017

____. **2 — Ressarcimento e indenização dos impactados.** 2019a. Disponível em: <www.fundacaorenova.org/programa/ressarcimento-e-indenizacao-dos-impactados/>. Acesso em: 6 set. 2019.

____. **Matriz de danos 20190703.** 2019b. Disponível em: <www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/09/matrizdedanos20190703.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

____. **Programa de Indenização Mediada Anexo II —** Protocolo de elegibilidade de danos revisão 07. s.d.

FUTURA. **Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer:** Linhares. Jan. 2017.

GAVENTA, J.; CORNWALL, A. Power and Knowledge. In: REASON, P.; BRADBURY, H. (Ed.). **The Sage handbook of action research: participative inquiry and practice.** London: Sage Publications, 2008.

GLOBAL FACILITY FOR DISASTER REDUCTION AND RECOVERY (GFDRR); THE EUROPEAN COMMISSION, UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, WORLD BANK. **Post-Disaster Needs Assessments (PDNA)**. Volume A – guidelines. 2013. Disponível em: <www.gfdr.org/sites/default/files/publication/pdna-guidelines-vol-a.pdf>.

HERKENHOFF & PRATES (H&P). **Tecnologia e desenvolvimento**. Estudo do componente quilombola da comunidade remanescente de Quilombo do Degredo. Mar. 2018.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT (IAIA). International principles for social impact assessment. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 21, n. 1, p 5-11, 2003.

LANE, M. B. et al. Sacred land, mineral wealth, and biodiversity at Coronation Hill, Northern Australia: indigenous knowledge and SIA. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 21, n. 2, 2003.

LAWRENCE, D. P. **Impact assessment: practical solutions to recurrent problems and contemporary challenges**. 2. ed. Nova Jersey: Wiley & Sons Inc., Hoboken, New Jersey 2013y.

O'FAIRCHEALLAIGH, C. Making social impact assessment count: a negotiation-based approach for Indigenous peoples. **Society & Natural Resources**, v. 12, n. 1, p. 63-80, 1999.

POLIFÔNICAS SOCIOAMBIENTAL. **Estudo do Componente Indígena (ECI)** — versão preliminar. 2018.

POZZEBON, M. From aseptic distance to passionate engagement: reflections about the place and value of participatory inquiry. **RAUSP Management Journal**, v. 53, n. 2, 280-284, 2018. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1016/j.rauspm.2018.02.002>>.

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. **Parecer Pericial nº 115/2016/6ªCCR**. Brasília (DF), 2016.

REED, M. S. (Stakeholder participation for environmental management: a literature review. **Biological Conservation**, v. 141, n. 10, p. 2417-2431, 2008.

ROSS, H. Community social impact assessment: a framework for indigenous peoples. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 10, n. 1-2, p. 185-193, 1990.

SÁNCHEZ, Luís Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SCOLOBIG et al. Towards people-centred approaches for effective disaster risk management: balancing rhetoric with reality. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 12, p. 202-212, 2015.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction**, Geneva, Switzerland, United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), 2019.

VANCLAY, F. Conceptualizing social impacts. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 22, n. 1, p. 183-211, 2002.

VANCLAY, F. Social impact assessment. In: **Handbook of environmental impact**. 1999.

VANCLAY, F. Principles for social impact assessment: a critical comparison between the international and US documents. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 26, n. 1, p. 3-14, 2006.

VANCLAY, F. et al. **Social impact assessment**: guidance for assessing and managing the social impacts of projects. Fargo, Dakota do Norte: International Association for Impact Assessment, 2015.

APÊNDICE A — Lista de documentos considerados no levantamento de danos socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão

Colegiado	Tipo de material	Número	Assunto
CT-CPDCS (Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social)	Nota técnica	11/2018	Programa de Informação para a População — Centro de Informações Técnicas (CIT) — PG 35
CT-EI (Economia e Inovação)	Nota técnica	55/2018	Modelo Alternativo de Ressarcimento dos Municípios
CT-EI (Economia e Inovação)	Nota técnica	57/2018	Caracterização das Ações Municipais no Auxílio Emergencial aos Impactados
CT-EI (Economia e Inovação)	Nota técnica	64/2018	Avaliação do Plano para o Território 2 do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias compreendido entre o município de Santa Cruz do Escalvado e Linhares (fz do Rio Doce)
CT-EI (Economia e Inovação)	Nota técnica	65/2018	Avaliação dos impactos econômicos da paralisação da UHE Risoleta Neves
CT-EI (Economia e Inovação)	Nota técnica	68/2018	Manifestação do Grupo de Trabalho Agropecuário sobre o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias em atendimento às considerações apresentadas na Nota Técnica 64 emitida pelo GT-Agropec em 17 de setembro de 2018 e reuniões de discussões posteriores realizadas entre o GT e a Fundação Renova, para validação pelo CIF
CT-Infra (Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura)	Nota técnica	06/2018	Parecer quanto à situação da existência de trincas e outras patologias em infraestruturas no município de Barra Longa, conforme laudos periciais entregues a moradores pela Fundação Renova e relatório elaborado pela AEDAS (assessoria técnica dos atingidos de Barra Longa). Considerações sobre o processo legítimo de participação dos atingidos na construção de parâmetros e diretrizes norteadores do processo de elegibilidade dos atingidos e atingidas aos programas do TTAC, especialmente, ao “Programa de Recuperação das demais Comunidades e Infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa” e ao “Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira”
CT-Infra (Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura)	Nota técnica	08/2018	Gerenciamento dos processos de manutenção de vias no âmbito do Programa de Recuperação das Demais Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga

Colegiado	Tipo de material	Número	Assunto
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	04/2018	Avaliação do Plano Emergencial Preliminar para atendimento à CRQ Degredo
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	05/2018	Plano Emergencial para atendimento do Povo Krenak
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	06/2018	Avaliação do Programa 04 do TTAC — Programa de proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG04)
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	08/2018	Inclusão de quatro famílias Krenak no Auxílio Emergencial, no âmbito do Acordo assinado entre a Vale e os indígenas
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	10/2018	Fundamentação ao pedido de Notificação à Fundação Renova pelo descumprimento de prazo previsto no item 3 da Deliberação 161/2018 do Comitê Interfederativo e definição de ações e penalidades complementares
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	11/2018	Avaliação Preliminar do Programa 03 do TTAC — Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Povos Indígenas
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	13/2018	Fundamentação ao pedido de multa à Fundação Renova pelo descumprimento de prazo previsto na Notificação nº 7/2018-DCI/GABIN, do Comitê Interfederativo
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	14/2018	Determinar fornecimento de água mineral para consumo em seis aldeias tupiniquim e guarani
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	15/2018	Conhecimento e transparência às atividades realizadas com indígenas e povos e comunidades tradicionais atingidos
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	16/2018	Reavaliação do Plano Emergencial para CRQ Degredo e outras questões
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	18/2018	Avaliação do Programa 04 do TTAC — Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG04)

Colegiado	Tipo de material	Número	Assunto
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	19/2018	Análise do Programa 03 do TTAC — Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Povos Indígenas (PG03)
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	21/2018	Relatório Parcial do Estudo do Componente Indígena Tupiniquim e Guarani para início das ações estruturantes no Território Integrado e outras considerações
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	26/2018	Inconsistências do relatório técnico emitido pela Consultoria Razão — relativo aos laudos de uma campanha de coletas de água bruta, solo/sedimentos e organismos aquáticos no território da Comunidade de Degredo
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	01/2019	Pendências do Estudo do Componente Quilombola da H&P — Degredo
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	02/2019	Análise Técnica do Projeto Básico Ambiental Quilombola (pós-consulta Comunidade Quilombola de Degredo)
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	04/2019	Pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) aos garimpeiros faiscadores e pescadores tradicionais dos municípios de Rio Doce/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG e distrito de Chopotó (Ponte Nova/MG)
CT-IPCT (Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais)	Nota técnica	05/2019	“Pedido de Inclusão de 7 (sete) famílias do povo KRENAK no pagamento emergencial”
CT-Saúde	Nota técnica	14/2018	Parecer Plano de Ação de Saúde do Município de Barra Longa/MG — Cláusula 107 do TTAC
CT-Saúde	Nota técnica	4/2018	A CT — Saúde em sua 13ª reunião ordinária avaliou nova versão do documento apresentado pela Fundação Renova “Definição de Programa” — versão maio/2018. Após apreciação do documento elaborado pela Fundação, a CT-Saúde conclui pela reprovação do documento e necessidade de elaboração das “Bases Mínimas para Definição do Programa de Saúde” para melhor definição e contextualização do referido programa no âmbito das políticas públicas de saúde
CT-SHQA (Segurança Hídrica e Qualidade da Água)	Nota técnica	22	Cumprimento da Cláusula 171 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). Análise e manifestação das ações implementadas pela Fundação Renova relacionadas com o cumprimento da Cláusula 171 do TTAC, conforme os documentos OFI.NII.032018.2426-02, de 23 de março de 2018 e OFI.NII. 052018.2966, de 16 de maio de 2018

Colegiado	Tipo de material	Número	Assunto
CT-SHQA (Segurança Hídrica e Qualidade da Água)	Nota técnica	29	Análise e manifestação das ações implementadas pela Fundação Renova relacionadas com o cumprimento da Cláusula 171 do TTAC, a partir da vistoria nos Sistemas de Abastecimento de Água realizada durante os meses de agosto e setembro de 2018, ao Cronograma Detalhado e ao Plano de Aceleração, conforme solicitado na Deliberação nº 185, de 31 de julho de 2018
CT-SHQA (Segurança Hídrica e Qualidade da Água)	Nota técnica	36	Análise do pedido de revisão de pleito dos municípios de Aimorés, Santana do Paraíso, Fernandes Tourinho, novo pleito encaminhado pelo município de Dionísio e atualização do pleito de Raul Soares
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	19	Comunica ao CIF o descumprimento dos prazos constantes nas Deliberações nº 111 e 119, recomenda a aplicação de penalidades e indica a necessidade de definição de novos prazos para negociação e pagamento de indenizações, a partir de Plano de Trabalho a ser apresentado pela Fundação Renova
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	20	Comunica ao CIF o reconhecimento do Município de Sooretama como impactado e incluído na área de abrangência socioeconômica nos termos dos incisos VI e VIII da Cláusula 01, bem como na Cláusula 20 do TTAC
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	21	Devolutiva ao CIF acerca do descumprimento dos prazos constantes nas Deliberações CIF nº 111 e 119, informa que está dando encaminhamento ao plano de trabalho pela Renova que deverá ser monitorado pela CTOS e recomenda a aplicação de penalidade
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	22	Análise do Relatório Técnico do Projeto Piloto — Pescador de Fato — comunidades de Povoação e Regência Augusta em Linhares (ES). Política Indenizatória para a Pesca Profissional. Programa de Indenização Mediada (PIM)
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	23	Comunica ao CIF o acordo logrado entre o Grupo Interdefensorial do Rio Doce (Defensoria Pública da União e dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais), a Fundação Renova, bem como suas empresas mantenedoras no que tange ao “Termo de Acordo” junto aos impactados, consubstanciando-se praticamente em um termo de adesão objetivo e coerente com os princípios do PIM, do TTAC e da Recomendação Conjunta nº 10 dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	24	Análise do Escopo do Programa de Proteção Social com Proposta de Base Mínimas
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	25	Análise e Manifestação da CT-OS sobre o documento de Definição (Escopo) do Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), PG 21 do TTAC, apresentado pela Fundação Renova

Colegiado	Tipo de material	Número	Assunto
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	28	Levar ao conhecimento do CIF as situações e as demandas apresentadas pelo coletivo de artesãos e artesãs e Associações de Artesanato dos municípios do Espírito Santo impactados pelo Rompimento da Barragem de Fundão/Mariana. Recomendar ao CIF que delibere pelo reconhecimento do Artesanato como atividade produtiva impactada, que artesãos e artesãs foram atingidos, para sua inserção nos Programas de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), Indenização Mediada (PIM), Programa de Proteção Social e demais programas socioeconômicos pertinentes
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	30	Análise dos Resultados do Programa de Proteção Social (PPS) monitorados pela Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) no período de 2017 e 2018 e seus principais desafios para 2019
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	32	Histórico e objetivo da presente Nota Técnica. Nivelamento conceitual conforme o TTAC, TAP, TAP-Aditivo e TAC-Gov. Proposta da “Fase 2” do Programa de Cadastro apresentada pela Fundação Renova. Priorização de Vulnerabilidades no Cadastro. Núcleo Familiar e conceito de Dependente. Continuidade do Cadastro. Atendimento imediato às cerca de 24 mil pessoas que solicitaram cadastro a partir de janeiro de 2018. Especificação de Cronograma. Direito ao cadastro. Inclusão tempestiva no AFE. Direito à reparação integral. Correção do Cadastro
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	33	Complementação à Nota Técnica nº 30/2018 CT-OS-CIF — que versou sobre o escopo e os resultados do Programa de Proteção Social (PPS) monitorados pela Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) — a partir dos documentos “Modelo Conceitual do Programa de Proteção Social” e “Termo de Parceria para a execução dos Planos Municipais e Estaduais de Reparação em Proteção Social”, elaborados pela Fundação Renova
CT-OS (Organização Social e Auxílio Emergencial)	Nota técnica	34	Informa descumprimento do prazo estabelecido no item 3 da Deliberação CIF nº 180/2018 e recomenda a notificação da Fundação Renova.
CT-Rejeitos (Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental)	Nota técnica	3	Resposta ao ofício OFI.NII.112018.4776.2 em atendimento à Nota Técnica CT-GRSA 07/2018, referente à análise do estudo apresentado em atendimento ao TR das lagoas do Estado do Espírito Santo afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão
CT-ECLET (Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo)	Nota técnica	9	Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração Comunidade Escolar
CT-ECLET (Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo)	Nota técnica	14	Apoio Psicopedagógico para alunos de escolas impactadas

Colegiado	Tipo de material	Número	Assunto
CT-ECLET (Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo)	Nota técnica	15	Apoio Psicopedagógico para alunos e profissionais de escolas atingidas em Mariana e Barra Longa
CT-ECLET (Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo)	Nota técnica	16	Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esportes e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Rio Doce: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Barra Longa: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Santa Cruz do Escalvado: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Mariana: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Governador Valadares: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Tumiritinga: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Conselheiro Pena: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Linhares: Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Diagnóstico do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer: Baixo Guandu, Aimorés, Resplendor, Itueta
Fundação Renova	Estudo contratado	—	Estudo da Polifônicas
Fundação Renova	Estudo contratado	—	ECQ — H&P
Fundação Renova	Estudo contratado	—	PBAQ — H&P
Procuradoria-Geral da República — Secretaria de Apoio Pericial — Assessoria Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	Parecer	—	Impactos do desastre socioambiental sobre comunidades indígenas tupiniquim e guarani das TI Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim

Fonte: Elaboração própria (2019).